

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

***COOPERATIVAS POPULARES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS,
TRABALHO E ENVELHECIMENTO***

Orientanda: Wanda Pereira Patrocínio

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn

Instituição Financiadora: Capes

CAMPINAS

2004

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

***COOPERATIVAS POPULARES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS,
TRABALHO E ENVELHECIMENTO***

Orientanda: Wanda Pereira Patrocínio

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn

Instituição Financiadora: Capes

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Faculdade de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gerontologia.

CAMPINAS

2004

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNI CAMP**

P276c	Patrocínio, Wanda Pereira . Cooperativas populares : representações sociais, trabalho e envelhecimento / Wanda Pereira Patrocínio. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005. Orientador : Maria da Glória Marcondes Gohn. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. 1. Cooperativas. 2. Envelhecimento. 3. Idoso. 4. Trabalho. 5. Educação. I. Gohn, Maria da Gloria Marcondes. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	05-72

Keywords: Cooperative; Aging; Aging Persons; Work; Education

Área de concentração: Gerontologia

Titulação: Mestre em gerontologia

Banca examinadora: Profa. Dra. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Profa. Dra. Sônia Giubilei

Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão

Profa. Dra. Lia Tiriba

Data da defesa: 18/02/2005

Dedicatória

Dedico este trabalho para todos os trabalhadores e trabalhadoras de nosso país que, mesmo em meio a tantas dificuldades, buscam envelhecer com dignidade, lutando pela sobrevivência e

*qualidade de vida em suas próprias vidas e na
vida de seus familiares.*

AGRADECIMENTOS

Segue aqui os meus singelos agradecimentos para pessoas especiais que fizeram parte de minha caminhada...

→ Agradeço de coração à minha família perfeita e maravilhosa que tanto amo, meu pai Sebastião, minha mãe Teresinha, minhas queridas irmãs Rosângela, Roberta e Vanessa e meus irmãos (cunhados) Antônio e Sérgio.

→ Meu eterno agradecimento ao meu companheiro, amigo e marido, sempre presente e atencioso em minha jornada, em sua jornada e em nossa jornada, Martim, muito obrigada!

→ À minha orientadora Maria da Glória, que muito me ensinou à seu modo, a desenvolver um trabalho de qualidade e dedicação.

→ Às professoras Edna Chamon e Sônia Giubilei pela leitura e presença na banca de qualificação e defesa, com contribuições ricas e atenciosas.

→ À coordenadora do Programa de Pós Graduação em Gerontologia, professora Anita, que é muito mais que professora, é uma pessoa muito humana, competente e atenciosa.

→ Aos entrevistados das Incubadoras, professor Mohamed que me surpreendeu em seu depoimento e esteve presente em minha defesa; professor Teixeira; William Higa; Marisa Galvão; ao presidente da ITCP-Unicamp professor Bacic pela acolhida em vários momentos do meu percurso dentro desta Incubadora; ao Antônio Cruz. À professora Rita Morelli que me auxiliou com um olhar mais crítico da área de antropologia.

→ Aos amigos da minha turma da Gerontologia 2003: Andréa, Alessandra, Danielle, Eduardo (in memoriam), Patrícia, Petterson, Régis, Roberta e Samila.

→ Ao presidente da ONG EDH Seu Cheda e a monitora do CRCA Tânia.

→ Aos cooperados e cooperadas das cooperativas estudadas: Seu Petrócio (Administrador Regional 8), Dona Josenilda, Helena, Ozelita e Dona Maria, Evellyn, Bernadete, Marli e Maria e em especial para os depoentes das cooperativas

Tatuapé e CooperMiMo: Seu Benvindo, Seu Francisco, Dona Lindaura, Dona Luci, Dona Luiza, Seu Vivente e Zé Carlos; Dona Eva, Isaura, Dona Nena, Dona Noemia e Teresinha.

→ À amiga Maria Lígia, pela amizade e carinho e pelo amplo material emprestado sobre representação social.

→ Aos queridos Lau e Eliane, pela acolhida e tratamento em meu início de caminhada na graduação em pedagogia, cuidado este que continua até hoje.

→ À amiga Mônica que me incentivou a prestar o mestrado na Gerontologia. Se não fosse por ela, hoje eu não teria concluído essa etapa.

→ À Izabel e ao Zé Renato pela leitura atenta de partes de minha dissertação e pela presença em meu crescimento pessoal.

→ À amiga Mathilde, companheira de trabalho, cuidadosa e sensível, que busca um caminho de amor e luz em nossa trajetória conjunta.

→ Ao Ade, funcionário da sala de micros, extremamente atento e cuidadoso, auxiliou-me incansavelmente.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo desvelar a realidade de trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos em cooperativas populares localizadas na cidade de Campinas, SP; além de realizar uma reflexão sobre a questão do envelhecimento no mundo do trabalho e da produtividade. A metodologia utilizada apoiou-se em uma abordagem quantitativa – qualitativa. Tratou-se, num primeiro momento, de realizar um mapeamento socioeconômico destes trabalhadores; para tanto, realizamos um levantamento quantitativo de cada cooperativa em estudo. A segunda parte correspondeu em identificar quais as representações sociais que essas pessoas tinham delas – como trabalhadores e trabalhadoras que estão envelhecendo dentro das cooperativas populares – e do próprio trabalho dentro do ambiente cooperativo, conseqüentemente, identificamos os anseios e necessidades que levam tais participantes a buscar o trabalho neste sistema alternativo de produção. Os resultados nos permitem analisar a realidade em que vivem os participantes das cooperativas populares estudadas. Na investigação sobre as representações sociais, realizamos um estudo comparativo entre uma cooperativa de reciclagem de entulhos, que não exige qualquer tipo de escolaridade e uma cooperativa de costura, com mulheres de nível escolar mais elevado. Percebemos que as categorias de análise ramo de produção, escolaridade e gênero são extremamente relevantes para demarcarmos as diferenças nas representações sociais encontradas. De modo geral, a velhice é valorizada por seus aspectos físicos e de perda da saúde, mas que na prática pode ser amenizado pela idéia de continuar sendo produtivo por meio do trabalho.

Palavras-chave: Cooperativas populares; Trabalho; Envelhecimento; Representações sociais; Educação; Velhice.

ABSTRACT

Disclosing the reality of male and female workers, aged 50+, in people's cooperatives located in the city of Campinas, SP; this was the object of study of this research; besides a reflection on aging in the work and productivity world. The methodology used is based on a quantitative-qualitative approach. In the first moment a socio-economical mapping of the workers was developed; therefore, we had a gathering of data of every cooperative in the study (quantitative). In a second moment, we identified the social representations which these people had of themselves – as workers who are getting older in the people's cooperative – and of the own work in cooperative environment, and as a result, we identified the wishes and needs which make such participants to search for work in this alternative system of production. The results allow us to analyze the reality where the participants of the studied people's cooperatives live. In the research of social representations, we developed a comparative study between a refuse material recycling cooperative, which does not require any schooling type, and a sewing cooperative, with women with higher level of schooling. We noticed that in the analysed categories in production field, schooling and gender are extremely relevant to define the differences in the social representations found. In a general way, the aging is valorized by its

physical aspects and health loss, but in reality it can be softened by the idea of continuing being productive through the work.

Keywords: People's Cooperative; work; aging; social representations; education; old age.

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1: Organograma da ITCP-Unicamp.....	38
Figura nº 2: Faixa Etária – Cooperativas Populares – Campinas	40
Figura nº 3: Local de Nascimento – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	41
Figura nº 4: Gênero – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	41
Figura nº 5: Grau de Escolaridade – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	42
Figura nº 6: Experiência Profissional – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	43
Figura nº 7: Pessoas que moram na mesma residência – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	43
Figura nº 8: Renda Familiar – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	44
Figura nº 9: Tempo de Moradia em Campinas – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	45
Figura nº 10: Emprego Registrado – Cooperativas Populares – Campinas – Cooperados acima de 50 anos	45
Figura nº 11: Cooperativas e Ramo de Atividade – ITCP-Unicamp	47

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Chegada do Caçambeiro – Cooperativa Tatuapé	63
Foto 2: Despejo do entulho – Cooperativa Tatuapé	63
Foto 3: Local de Trabalho 1 – Cooperativa Tatuapé	65
Foto 4: Local de Trabalho 2 – Cooperativa Tatuapé	65
Foto 5: Local de Trabalho 3 – Cooperativa Tatuapé	65
Foto 6: Máquina Trituradora – Cooperativa Tatuapé	65
Foto 7: Trator e Cooperados – Cooperativa Tatuapé	66
Foto 8: Separação de Materiais – Cooperativa Tatuapé	66
Foto 9: Barracão Vista Geral – Cooperativa CooperMimo	68
Foto 10: Esforço de Visão – Cooperativa CooperMimo	70
Foto 11: Posição da Cabeça – Cooperativa CooperMimo	71
Foto 12: Depósito – Banheiro – Cooperativa CooperMimo	71
Foto 13: Máquina – Utensílios – Cooperativa CooperMimo	71

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

AR – Administração Regional

CEFORMA – Centro de Formação

CES – Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CORI – Coordenação de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp

CRCA – Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo

DLU – Departamento de Limpeza Urbana

DNCR – Departamento Nacional de Registro Comercial

EDH – Organização Não-Governamental Ecologia e Dignidade Humana
EPIs – Equipamentos de Proteção Individual
FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
FURB – Universidade Regional de Blumenau
GEPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LER – Lesão por esforço repetitivo
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
PACs – Projetos Alternativos Comunitários
PEIS – Projeto Educativo de Integração Social
PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
PUC-Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC – Serviço Social do Comércio
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
UCPel – Universidade Católica de Pelotas
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

UFV – Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1: CATEGORIAS TEÓRICAS.....	5
1.1 Mundo da Vida	5
1.1.1 Representações Sociais	6
1.1.2 Contextualização da Velhice no Brasil	12
1.2 Mundo do Trabalho	16
1.2.1 Economia Solidária	18
1.2.2 Contextualização do Movimento Cooperativista no Brasil	23
CAPÍTULO 2: CONTEXTUALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO EM CAMPINAS, SP	27
2.1 Visão Geral	27
2.1.1 Organização Não-Governamental Ecologia e Dignidade Humana	29
2.1.2 Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo	30
2.2 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas	32
2.3 Retrato socioeconômico de trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos em Cooperativas Populares que participam do Programa de Cooperativismo da Prefeitura Municipal de Campinas	39
CAPÍTULO 3: HISTÓRICO DAS COOPERATIVAS INCUBADAS PELA ITCP-UNICAMP	47
Cooperativa CooperVida AR 8	48
Cooperativa Vitória	50
CooperBarão	51
Cooperativa Tatuapé	53
CooperSonho	55
Cooperativa Bomsucesso	56
CooperMimo	57
Cooperativa Renascer	58
CAPÍTULO 4: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, TRABALHO E ENVELHECIMENTO EM DUAS COOPERATIVAS – UMA COMPARAÇÃO	61
4.1 Seleção das cooperativas para realização da comparação	61
4.2 Tatuapé e CooperMimo: como se dá o trabalho em cada uma delas?	63
4.2.1 A reciclagem de entulhos – Cooperativa Tatuapé	63
4.2.2 A costura – Cooperativa CooperMimo	68
4.3 Escolaridade e Educação Não Formal	73
4.4 Trabalho e Envelhecimento	76

4.5 Representações Sociais e Envelhecimento	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE	95

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo desvelar a realidade de trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos nas cooperativas populares localizadas na cidade de Campinas. Trata-se, num primeiro momento, de realizar um mapeamento socioeconômico¹ desses trabalhadores. A segunda parte da pesquisa corresponde à identificação das representações sociais que essas pessoas têm de si mesmas² e do próprio trabalho no ambiente dentro dos grupos. Assim, acreditamos que identificaremos os anseios e necessidades que levam tais cooperados e cooperadas a buscar o trabalho nesse sistema de produção.

Pereira (1999, pp. 15-16) afirma:

Somente através do conhecimento das representações dos idosos sobre o seu processo de envelhecimento é que poderemos conhecer as suas reais necessidades, aspirações, anseios e desejos, bem como entender as suas ações e posicionamentos dentro de determinado contexto.

O histórico do mundo do trabalho e do mundo da vida³ em nosso país retrata constantes mudanças em suas estruturas decorrentes do desenvolvimento econômico, político e social pelo qual passamos; tais transformações causam impacto na maneira como o idoso é visto e tratado em nossa sociedade.

Considerando a velhice como problema social (DEBERT, 1998), tem sido realizado um número significativo de pesquisas, principalmente após 1982, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), legitima a Gerontologia como campo de saber multidisciplinar para tratar das questões do envelhecimento (LOPES, 2000). Contudo, algumas temáticas carecem de aprofundamento e outras são ainda inexploradas. Destacamos a realidade dos trabalhadores acima de 50 anos nas cooperativas populares como objeto dessas temáticas que necessitam de investigação e aprofundamento.

O cooperativismo na região de Campinas é um movimento recente, mas, ao mesmo tempo, extremamente significativo para o crescimento da dignidade humana. Nesse quadro, apesar dos vários trabalhos sobre cooperativismo, é ainda necessário aumentar o conhecimento sobre as cooperativas populares já que, nas cooperativas atendidas pela Incubadora Tecnológica

¹ Sabemos que o termo socioeconômico demanda uma discussão conceitual, mas como não é nosso objetivo realizar tal discussão, nos utilizamos deste conceito apenas porque nossos dados envolvem questões sociais e econômicas dos participantes da pesquisa. Acreditamos que este termo é o que mais se aproxima das necessidades deste estudo.

² Como trabalhadores e trabalhadoras que estão envelhecendo dentro das cooperativas populares.

de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas⁴, os trabalhos científicos começaram a ser desenvolvidos recentemente e, mais ainda, não há trabalhos direcionados para o público idoso. De acordo com Gusmão (2001), tais circunstâncias exigem que se olhe para determinadas realidades empíricas, a fim de fazer-lhes uma leitura que revele o lugar do idoso e da velhice.

Dessa forma, acreditamos que com a presente pesquisa, estamos contribuindo para o universo de pesquisas realizadas na área da gerontologia social, principalmente, envolvendo o estudo de um grupo de cooperativas voltadas ao atendimento de pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho formal. O que queremos com isso é estudar os motivos que levam nossa sociedade a expulsar e discriminar pessoas que até poucos anos atrás eram valorizadas e benquistas socialmente.

Ao longo desta dissertação, buscamos contextualizar o cenário do mundo da vida e do mundo do trabalho, em que estamos inseridos na realidade brasileira, destacando a problemática da velhice neste contexto e a inserção de pessoas acima de 50 anos no sistema de trabalho cooperativo. De antemão apresentamos uma limitação desse trabalho em função do tempo e do objetivo que um trabalho de mestrado possui: a sistematização de conceitos. Portanto, em vários momentos, as citações foram utilizadas para dar voz aos autores que conceituam um referencial teórico e prático que serviu de base para orientação de nossa pesquisa.

A metodologia utilizada neste trabalho se apóia em uma abordagem quantitativa-qualitativa. Em um primeiro momento, realizamos um levantamento quantitativo de 19 cooperativas populares (de um total de 22 existentes na cidade de Campinas)⁵ com o objetivo de conhecê-las mais profundamente, através dos dados estatísticos de cada cooperado. Com esse material, realizamos o retrato socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos nas cooperativas populares.

Após realização do retrato socioeconômico, fizemos um recorte e estudamos mais profundamente oito cooperativas populares espalhadas pela cidade de Campinas, que são atendidas por um Programa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da

³ Conceitos que serão delineados no primeiro capítulo.

⁴ A discussão sobre a ITCP-Unicamp será realizada no segundo capítulo.

⁵ Cabe salientar que as cooperativas populares deste estudo são exclusivamente as atendidas por Incubadoras da cidade e, portanto, reconhecidas pela Prefeitura Municipal de Campinas enquanto grupo cooperativo, ficando fora dos dados quantitativos vários grupos existentes, mas que não possuem apoio institucional via algum tipo de Incubadora.

Prefeitura Municipal de Campinas em parceria com a Universidade Estadual de Campinas. A escolha desses grupos se deu pelo fato de, como já citado anteriormente, não haver trabalhos científicos sobre o envelhecimento nas oito cooperativas em questão.

Após delineamento dessas oito cooperativas, selecionamos duas delas para considerarmos como o universo de nossa pesquisa⁶. O passo seguinte foi baseado na pesquisa qualitativa, por meio do trabalho de campo, realizando a observação participante nas cooperativas selecionadas, com o intuito de travar um contato mais próximo com os cooperados, observando suas atividades e participando de sua vida diária. Procurou-se, assim, estabelecer uma relação dialógica fomentada por Freire (1975) para a realização deste trabalho.

Essa etapa serviu de preparação para alcançarmos o objetivo do estudo das representações sociais, pois o passo seguinte foi a realização das entrevistas com os cooperados e cooperadas com idade igual ou superior a 50 anos nas cooperativas selecionadas. Nesse sentido, foi necessário estabelecer uma relação de proximidade e confiança para que o relato deles fosse o mais próximo possível da realidade, já que sabemos que estudar as representações sociais é estudar a subjetividade dos sujeitos e as complicações que daí decorrem.

Após realização das entrevistas, continuamos com o trabalho de observação participante; com isso, as entrevistas sobre as histórias de vida dos cooperados mais velhos serviram para levantar as representações sociais que eles têm deles mesmos e de seu trabalho dentro das cooperativas; e a observação participante, segundo Lane (1993), serviu para analisar tais representações no coletivo e compará-las com o discurso dos entrevistados, para nos trazer possíveis aproximações e contraposições que existem entre o discurso e a prática.

A análise dos dados está apoiada na fundamentação teórica que se dá a partir da bibliografia voltada para a área relacionada ao Mundo da Vida – Representações Sociais e Gerontologia; e para a área do Mundo do Trabalho – Economia Solidária e Cooperativismo, tendo como foco algumas cooperativas populares na cidade de Campinas. As categorias de análise submergiram ao longo da pesquisa com base no levantamento histórico situacional de cada grupo e nas entrevistas realizadas com os participantes acima de 50 anos, o que nos permitiu elaborar alguns eixos temáticos para discussão.

⁶ Os critérios de seleção serão explicitados no Capítulo 4.

Segundo Spink (1993) a coleta de dados no universo das representações sociais exige longas entrevistas semi-estruturadas unidas a levantamentos paralelos sobre o contexto social e sobre os conteúdos históricos que informam os indivíduos como sujeitos sociais.

Enfim, pesquisar a velhice dentro de algumas cooperativas populares na cidade de Campinas numa perspectiva de análise socioeconômica do mundo da vida e do mundo do trabalho, abordando especificamente elementos do envelhecimento nesses contextos, nos permite identificar essa área como merecedora de atenção dentro do cenário da Gerontologia Social no Brasil.

CAPÍTULO 1 – CATEGORIAS TEÓRICAS

Neste primeiro capítulo, discutiremos o referencial teórico que foi abordado em nossa apresentação, que está baseado em autores que trabalham com a questão do mundo da vida e do mundo do trabalho. Em um primeiro momento, enfocaremos o mundo da vida e dentro dele abordaremos estudos sobre representações sociais e envelhecimento e, num segundo momento, trataremos do mundo do trabalho, com ênfase na economia solidária e cooperativismo.

1.1 Mundo da Vida

O conceito de Mundo da Vida é tratado por Habermas (1987), na obra *Teoria de la acción comunicativa*, em que esse autor nos traz uma teorização sobre *mundo da vida e sistemas*. O mundo da vida é um lugar transcendental em que os sujeitos podem se encontrar, podem se criticar, resolver seus desentendimentos e chegar a um acordo. E temos como componentes estruturais do mundo da vida: a cultura, a sociedade e a personalidade.

Para Freire (1975, p. 65) a questão da cultura é fundamental: “O homem como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma com seu trabalho; o resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui seu mundo. O mundo da cultura que se prolonga no mundo da história”.

Habermas compreende a cultura como acervo de saber, em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entender algo no mundo. Mas o conceito de cultura que permeou a pesquisa foi o adotado por Gohn (2001b, p. 98):

A cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra.

A autora coloca que Malinowski demoliu a concepção de cultura como colcha de retalhos, muito presente em abordagens evolucionistas, reafirmando que ela é constituída por sistemas de significados que são parte integrante da ação social organizada.

O segundo componente estrutural de mundo da vida, segundo Habermas (1987), é a sociedade que são as ordenações legítimas através das quais os participantes na interação regulam seu pertencimento a grupos sociais, assegurando com isso a solidariedade. Por fim, a

personalidade compreende competências que convertem um sujeito a ser capaz de linguagem e de ação, isto é, que capacitam para tomar parte nos processos de entendimento e para afirmar nesses processos sua própria identidade.

1.1.1 Representações Sociais

A teoria das representações sociais será tratada no âmbito do conceito de Mundo da Vida, pois as representações sociais dos participantes da pesquisa advêm da individualidade de cada cooperado como ser social, ou seja, de sua própria personalidade, e tais representações são construídas tendo como base a cultura em que estão inseridos e a sociedade em que vivem e da qual participam. “Os mundos da vida, do mesmo modo que quaisquer outros mundos, são seqüências de eventos mais ou menos regulares, surpresas e rotinas, no meio das quais as pessoas conseguem viver juntas” (MOSCOVICI, 2003, p. 330).

Segundo Bonfim e Almeida (1991/1992), a utilização dessa teoria justifica-se pelo fato de ela possibilitar uma avaliação do sistema de significação ou produção mental de determinadas comunidades e populações, que, por sua vez, permitem a entrada no mundo simbólico dos indivíduos, a partir da própria realidade cotidiana.

Abordar esse conceito não é uma tarefa das mais simples, pois falar de Representação Social é adentrar na subjetividade dos sujeitos e das não-certezas de que isso decorre. Além disso, segundo Chamon (1998), existem duas perspectivas de estudo diferentes no âmbito das pesquisas realizadas em representações sociais: a teoria do núcleo estruturante e a teoria do núcleo estruturado, por isso, seria extremamente complicado apresentar um único tipo de conceituação a essa teoria.

No campo da pesquisa sobre representações sociais, a mesma autora assinala que, atualmente, temos quatro linhas principais de atuação: a abordagem centrada sobre os conteúdos; a abordagem centrada sobre a estrutura das representações sociais; a análise das relações entre representações e práticas sociais; e a análise das relações entre processos cognitivos e representações sociais.

Acreditamos que nossa pesquisa esteja inserida na abordagem centrada sobre os conteúdos, pois nessa perspectiva, segundo Chamon (1998, p. 19), as representações sociais são estudadas como produtos coletivamente elaborados e as pesquisas dentro dessa linha de estudo

tentam apresentar a realidade reconstruída pelo grupo: “o conjunto de normas, valores e atitudes com relação a um objeto dado. São constituídas principalmente por pesquisas de campo, baseadas em sondagens e entrevistas”.

Nesse sentido, podemos compreender o conceito de representações sociais, para nosso trabalho, como um sistema de valores, idéias e práticas, sistema este que possui dupla função: primeiro, o estabelecimento de uma ordem que possibilite aos indivíduos conseguirem orientar-se em seu mundo material e social e, ao mesmo tempo, conseguir controlar esse mundo; e, segundo, possibilitar que os indivíduos consigam se comunicar dentro de uma mesma comunidade, fornecendo-lhes um código para dar nome e poder classificar os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (Gerard Duveen no prefácio de MOSCOVICI, 2003).

Cabe ressaltar que essa teoria, segundo Bonfim e Almeida (1991/1992, p. 81), é uma modalidade particular de estudo, pois não é qualquer tipo de conhecimento ou objeto que pode ser considerado como representação social, mas apenas aqueles advindos do senso comum, que sejam “da vida cotidiana dos indivíduos, [conhecimento] que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade”. Nesse sentido, o próprio criador da teoria nos diz: “Qualificar uma representação de social equivale a optar pela hipótese de que ela é produzida, engendrada, coletivamente” (MOSCOVICI, 1978, p. 76).

A teoria das representações sociais toma, como ponto de partida, a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisões. Moscovici (2003, p. 79) afirma que o objetivo das representações sociais “é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade”.

Ele acredita que nossas idéias e nossas representações sobre nós mesmos e sobre o mundo circundante são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades às quais pertencemos. Além disso, podemos dizer que pesquisar as representações sociais é mergulhar diretamente nos significados que os sujeitos atribuem a determinados objetos. Segundo Moscovici (2003, p. 43), “quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano...”, enquanto ser pensante que é.

Uma representação social, segundo seu criador Moscovici (1961, 1976), elabora-se de acordo com dois processos fundamentais: a ancoragem e a objetivação. E o que seriam esses dois conceitos?

De forma bem resumida⁷, a ancoragem é um processo que transforma algo estranho em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de alguma categoria que pensamos ser apropriada. Segundo Moscovici (2003, p. 61), “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes”. O algo que, a princípio, era estranho passa a fazer parte de um sistema de pensamentos já pertencentes a nosso universo conceitual.

E a objetivação é um processo que transforma um determinado objeto da sua forma concreta/real para uma forma abstrata/conceitual; seria algo que tiramos da realidade externa e passamos para nosso pensamento. Por outro lado, a objetivação também é capaz de transformar uma imagem/palavra/pensamento em algo material, concreto. Aqui temos que a objetivação é uma via de mão dupla.

Vieira (2004) nos alerta, baseado em Moscovici (1978), que as representações sociais podem ser confundidas com os conceitos de opinião, atitude e imagem, e isso se deve ao fato de essa teoria perpassar e caminhar entrelaçada por esses conceitos. Para isso, ele explicita as diferenças entre eles.

O importante para nós é que, segundo Vieira (2004), as representações sociais ocorrem por meio de um processo dinâmico entre indivíduo e meio e vice-versa. Enquanto os conceitos de opinião, atitude e imagem são dependentes de algum tipo de resposta exterior aos indivíduos. Ele afirma que as representações sociais devem ser percebidas como um processo que acontece na integração da pergunta com a resposta, “através da ancoragem e objetivação, desta forma, não há um predomínio dos fenômenos exterior ou interior ao indivíduo, seria como algo que acontece ao mesmo tempo” (VIEIRA, 2004, p. 40).

Para Jodelet (2001), as representações sociais devem ser estudadas por meio da articulação de elementos afetivos, mentais e sociais e, também, por meio da integração com as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas precisam intervir.

Jovchelovitch (1995, p. 81) acredita que a análise das representações sociais deve concentrar-se em processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que também lhes conferem uma estrutura peculiar. Ela assinala:

⁷ Para saber mais sobre esses dois processos, ver Moscovici, 2003, pp. 60-78.

Esses processos são processos de mediação social. Comunicação é mediação social entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo freqüentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana.

Gohn (2001b, p. 57) afirma que “para se entender a cultura política de um grupo social, ou de seus atores em particular, temos que decodificar o conjunto de significados no universo do imaginário e das representações sociais daqueles grupos ou indivíduos”.

Depois de apresentarmos alguns autores que escreveram sobre a teoria das representações sociais, faremos uma rápida explanação de pesquisas realizadas no âmbito dessa teoria, mais especificamente, no tocante a nosso objeto de estudo, o envelhecimento.

O primeiro estudo foi realizado por Araújo, Carvalho e Moreira (s/d) em que esses autores pesquisaram a questão das representações sociais em idosos paraibanos. A amostra foi constituída de 18 idosos, de ambos os sexos, com média de idade de 60 anos, dos quais 9 pertenciam a um grupo de alto poder aquisitivo e os outros 9 a um grupo de baixa renda, na cidade João Pessoa, PB.

Eles apresentam que na categoria Representações sociais da velhice, a subcategoria mais destacada nos dois grupos foi da *Negação* da velhice, com 60% no total, com pouca diferença entre as respostas dos grupos. No que tange à subcategoria *Aceitação* da velhice, aproximadamente 40% no total e também pouca diferença em relação aos dois grupos. Afirmam que os dados apontam para uma significativa negação da velhice, sobretudo do grupo de idosos de poder aquisitivo maior.

Magalhães (s/d), realizou uma pesquisa em relação à representação social do idoso na cidade de Juiz de Fora, MG. De um lado, a pesquisadora trabalhou com uma população de 72 idosos que vivem em quatro asilos diferentes. A outra parte foi formada por idosos que freqüentam quatro programas para a terceira idade desenvolvidos na cidade, também com 72 participantes. Além disso, essa autora entrevistou profissionais e voluntários que trabalhavam nas diferentes instituições.

A pesquisadora conclui que nos programas para a terceira idade pesquisados encontrou-se um maior número de representações mais positivas, que tentam reconstruir uma nova imagem do processo de envelhecimento. Imagem que implica a aceitação da etapa inicial desse processo e procura ressaltar a necessidade do idoso de continuar ativo e participante. Por sua vez, o idoso

luta por uma representação da velhice baseada em sabedoria, na conservação de algumas competências e na capacidade de exprimir sentimentos, afetos e convivências possíveis.

Costa e Campos (s/d) desenvolveram uma pesquisa com a temática das representações sociais, exclusão e práticas institucionais em Goiânia, GO. Participaram desse estudo 58 sujeitos, idosos freqüentadores de três instituições da cidade, com idades entre 55 e 90 anos, sendo dois sujeitos com 55 anos e o restante acima dos 60 anos, em sua maioria, do sexo feminino, e somente seis eram do sexo masculino, escolaridade que ia de alfabetizados ao 3º grau. Os participantes pertenciam tanto ao nível socioeconômico baixo como ao nível socioeconômico médio e foram escolhidos aleatoriamente e voluntariamente para fazer parte da pesquisa.

No campo comum das representações sociais da velhice, os autores observaram que os idosos, de um modo geral, partilharam da concepção de que envelhecer é um processo natural, cercado de limitações físicas, perda do *status* social e familiar. Essas concepções estão ancoradas na visão de que a velhice é sinônimo de declínio e morte. Para o Clube de Terceira Idade pesquisado – que tem como objetivo central a promoção do lazer e seus freqüentadores são pessoas de nível social mais favorecido –, os resultados indicam que esses idosos apresentam uma visão positiva, mas também negativa da velhice. Para os sujeitos do segundo grupo estudado, a concepção de terceira idade está ligada a uma visão negativa dessa etapa da vida, em que as perdas físicas provocadas pelo processo de envelhecimento, as doenças, modificações dos vínculos familiares, a aposentadoria ou a ausência da possibilidade de produção estão presentes no discurso dos idosos entrevistados. Por fim, os idosos participantes do grupo da Universidade de Terceira Idade que foram sujeitos desse trabalho apresentaram um discurso voltado para as questões das perdas orgânicas provocadas pelo processo de envelhecimento e para as relações familiares.

O problema de pesquisa que determinou a realização do estudo de Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999) foi discutir como diferentes grupos de pessoas idosas ou próximas dessa faixa etária compreendem o envelhecimento em geral através de três dos fenômenos que mais o tipificam: o idoso como protagonista, a velhice como última fase da vida e o próprio envelhecimento como processo que transcende a própria velhice para abranger todo o curso de vida. O objetivo central desse trabalho foi analisar os conteúdos das representações sociais que diferentes grupos de pessoas têm, no que diz respeito a essas questões do envelhecimento humano, na cidade de Florianópolis, SC.

Os resultados apontaram três tipos de representação social do envelhecimento: primeiro, o envelhecimento como perda dos laços familiares e da identidade física; segundo, o envelhecimento como desgaste natural; e a terceira, que mais nos interessa, a velhice como perda da capacidade de trabalho, em que os participantes representaram a velhice como a perda do papel social de trabalhador. Aqui a velhice significou um momento de declínio da capacidade para trabalhar.

Como podemos ver, o tema da presente pesquisa não é novo, as pesquisas sobre representações sociais têm crescido bastante em nosso país e já vemos estudos enfocando a questão das representações sociais sobre o processo de envelhecimento. Porém, Pereira (1999, p.5) acredita que esses estudos ainda são restritos e afirma: “Essa realidade representa uma fragmentação do idoso enquanto ser, na medida em que desconsidera os aspectos socioculturais do envelhecimento”.

A problemática que trazemos em nosso estudo é focar o mundo do trabalho dentro de um movimento relativamente recente no município de Campinas, o cooperativismo. Na investigação sobre as representações sociais, comparamos duas realidades bem distantes no tocante à cooperativa popular e, indo além das representações sociais, trazemos um retrato socioeconômico dessa população de trabalhadores e trabalhadoras acima de 50 anos.

Lane (1993, pp. 68-69) traz o estudo de Mary Lamb sobre a consciência de idosos ativos e asilados, por meio dos relatos de história de vida e das Representações Sociais que seus sujeitos fazem dos fatos ocorridos, das pessoas que os cercam e de si mesmos ao longo de suas existências. Ela afirma que “os resultados indicam a importância da atividade produtiva ou criativa para o desenvolvimento da consciência e da própria identidade”.

Neste tópico realizamos uma apresentação da Teoria das Representações Sociais pela visão do próprio criador Serge Moscovici e, também, pela visão de outros autores que a estudaram. Além disso, trouxemos algumas pesquisas sobre estudos das representações sociais e velhice. Pudemos verificar que vários dos estudos se referem à questão do trabalho ou da atividade produtiva como representação negativa com o envelhecimento. No próximo tópico, contextualizaremos a problemática da velhice em nosso país, como pano de fundo para entrarmos no universo dos trabalhadores e trabalhadoras mais velhos dentro das cooperativas populares na cidade de Campinas.

1.1.2 Contextualização da Velhice no Brasil

Em primeiro lugar, segundo Debert (1998), é preciso ressaltar que as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pela sociedade em geral, vão ser diferentes em cada contexto histórico, social e cultural em que essas questões serão discutidas.

Por isso, ao tratarmos da contextualização da velhice, traremos para discussão a realidade brasileira e toda diversidade existente nela; para tanto enfocaremos a reinserção das pessoas que estão envelhecendo no âmbito do mundo da vida e iniciaremos através da componente sociedade, ou seja, como a questão do envelhecimento tem sido tratada em nossa sociedade⁸.

Os estudos em Gerontologia são relativamente recentes em nosso país e as pesquisas começaram a ganhar relevância principalmente após a legitimação dessa área pela Organização das Nações Unidas⁹. Nesse sentido, grande parte das pesquisas realizadas aqui toma, como referenciais teóricos, pressupostos norte-americanos.

O fato é que, segundo Debert (1997), desde a década de 1980, as questões relacionadas com a velhice ocupam cada vez mais espaço entre os temas que preocupam a sociedade brasileira.

De acordo com essa autora, esse interesse evidencia-se em três tipos de manifestações sobre os idosos, que exigem reformulações das imagens do envelhecimento produzidas pelo discurso gerontológico:

As pesquisas buscam compreender as práticas cotidianas desenvolvidas pelos mais velhos e as representações que eles fazem de sua experiência; a abertura de espaços em agências governamentais e organizações privadas para iniciativas destinadas a assegurar um envelhecimento bem-sucedido; o tratamento cada vez mais amplo que o idoso e seus problemas recebem na mídia. (DEBERT, 1997, p. 46)

Segundo Camarano (2002), a população brasileira tem aumentado sua longevidade nas últimas décadas, mas não podemos atribuir unicamente a esse fato o surgimento de novas representações sobre a velhice e o envelhecimento, assim como o aumento da participação social

⁸ O envelhecimento pode ser considerado, segundo Neto (2002, p. 10), como a fase de um *continuum* que é a vida, começando esta com a concepção e terminando com a morte. Em termos gerais, quando falarmos de envelhecimento, estaremos nos referindo à fase da vida que precede a entrada na velhice (de acordo com a legislação, 60 anos), que permeia essa fase e que continua até o desfechar da vida.

⁹ Conforme mencionado em nossa Apresentação.

dos idosos, pois de acordo com Lima (1999, p. 2), isso “é reflexo de mudanças que implicam redefinições das formas de periodização da vida, das categorias etárias que recortam a organização da sociedade e a revisão das formas tradicionais de gerir a experiência do envelhecimento”.

Com o envelhecimento da população, Debert (1998) afirma que a velhice tem sido apresentada como um problema social, uma vez que com o aumento de velhos na sociedade, a velhice representa, ainda, um fenômeno pouco explorado.

Em termos gerais, para análise da velhice no contexto social, utilizaremos como premissa básica neste estudo a abordagem antropológica (DEBERT, 1998) que agrega aos aspectos naturais, biológicos, características da espécie humana ao longo da vida, os aspectos culturais, lingüísticos, de valores sociais e costumes específicos a determinado contexto social, em determinado momento histórico.

Nesse sentido, de acordo com Neri (2001), a sociedade constrói cursos de vida na medida em que prescreve expectativas e normas de comportamento apropriado para diferentes faixas etárias, diante de eventos marcadores de natureza biológica e social, e na medida em que essas normas são internalizadas pelas pessoas e instituições sociais.

Numa perspectiva sociológica, a velhice representa uma construção social que diz respeito à capacidade de desempenho de papéis na comunidade ou coletividade. É um fenômeno sociológico o fato de que, em todas as sociedades, a cada faixa etária corresponde uma função social. Com isso, temos que a categoria social é a velhice e as pessoas que fazem parte dessa categoria podem ser chamadas de velhos, idosos, novos velhos, aposentados, entre outros¹⁰.

A idade é uma categoria de análise referente aos sistemas de organização das sociedades, do sistema produtivo, das políticas públicas, etc. O conceito de idade abrange, dessa forma, não apenas os aspectos biológicos ou cronológicos, mas também os sociais, psicológicos e culturais (DEBERT, 1998). Dessa forma, podemos perceber que a questão do tratamento que é dado ao velho é muito forte em termos de idade e papel social. Partindo da produtividade que permeia nossa sociedade, Gusmão (2001, p. 117) afirma que:

O caráter do mundo moderno em sua natureza capitalista está dado pela ordem produtiva que toma o jovem e o adulto como produtores e compreende o velho e a velhice como uma irrupção perigosa da ordem, posto que já não produtivos para o capital.

¹⁰ Para saber mais sobre esse assunto, ver, por exemplo Peixoto (1998).

E por isso o velho pode ser considerado um “ser descartável”.

Infelizmente, é nessa cultura que estamos inseridos, que valoriza aqueles que produzem algo para a sociedade capitalista. Por outro lado, cabe ressaltar que o velho não é tratado dessa maneira descartável em todos os lugares. Se percorrermos nosso país, vamos encontrar formas diferenciadas de cuidado e atenção ao velho. Alguns respeitando, se sociabilizando, outros negando, rejeitando, talvez seja o que Bosi (1987, p. 7) chama de cultura plural:

... Não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz dos nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário: a dimensão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um ‘efeito de sentido’, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço.

Seguindo, portanto, por esse raciocínio, o conceito de cultura adotado nesta pesquisa abarca a pluralidade dos modos e formas de construção histórica dos homens (GOHN, 2001b). E a velhice, seria uma outra cultura? Gusmão (2001) afirma que a cultura do velho resulta de sua própria vida em acontecimento e de suas atividades diárias. Dessa forma, a cultura representa a experiência vital de seu tempo e espaço em termos do próprio velho e como sujeito coletivo e é nesse sentido que vamos reinseri-los, dando voz aos participantes como sujeitos sociais.

Moscovici (2003, p. 76) complementa dizendo que “cada cultura possui seus próprios instrumentais para transformar suas representações em realidade”.

No tocante à componente personalidade do mundo da vida, podemos entendê-la como a individualidade de cada ser em seu processo de envelhecimento; nesse sentido, nossa individualidade é marcada socialmente, pois pertencemos a determinados grupos etários e isso delimita as nossas possibilidades de expressão e de sociabilidade. Segundo Magro (2003, p 35), “na cultura ocidental contemporânea, pode-se dizer que quando crianças devemos brincar, quando adolescentes devemos experimentar, quando adultos trabalhar e produzir, e quando velhos devemos nos aposentar”.

De acordo com uma pesquisa recente nossa sobre o tema trabalhador idoso, auferimos que a legislação brasileira de previdência social dá aos trabalhadores que contribuíram 35 anos com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e às trabalhadoras que contribuíram 30 anos o direito à aposentadoria. Além disso, trabalhadores com mais de 65 anos e trabalhadoras com mais de 60 anos também podem se aposentar, desde que tenham contribuído um mínimo necessário com o INSS. Contudo, muitas vezes, os cidadãos não conseguem adquirir esse direito e continuam no mercado de trabalho, pois muitos trabalharam na roça ou em empregos que não

lhes dão, atualmente, a comprovação do tempo de trabalho e contribuição (PATROCINIO, 2005 – no prelo).

Se considerarmos que nossa sociedade está imbricada no mundo do trabalho e que, portanto, somos considerados dignos através da produtividade e do trabalho, as pessoas acima de 50 anos, que não conseguem trabalho no mercado formal ou aquelas que não conseguem o benefício da aposentadoria, acabam procurando formas alternativas de inserção no mercado, como através das cooperativas.

Em muitos contextos, não é necessário atingir 60 anos para ser considerado velho no mercado de trabalho. Peres (2002) afirma que existem várias profissões e carreiras em que as pessoas já são consideradas velhas quando atingem os 40-50 anos; muitas vezes, isso ocorre porque ainda prevalecem em nosso meio representações sociais negativas sobre o envelhecimento, como mostrado por várias das pesquisas citadas no subcapítulo anterior. Mas essa é uma reflexão que deixaremos para realizar no momento de discussão dos resultados do presente estudo.

É importante enfatizar, também, o papel exercido pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e pelo Serviço Social do Comércio (SESC) na institucionalização da gerontologia e da geriatria e no início do esforço para formação de recursos humanos para atender o idoso nas áreas de saúde e social (NETO, 2002). Cabe ressaltar, ainda, na área da educação, a iniciativa da Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e das demais Universidades deste tipo que vem se constituindo pelo Brasil, todas trazem contribuições valiosas para o trabalho com pessoas que estão envelhecendo.

Com o envelhecimento populacional, o aumento do número de pesquisas na área da gerontologia e as diversas atividades direcionadas para o público idoso, cresce também o respaldo legal para essa categoria social que é a velhice. Borges (2003) afirma que com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1976 é que se começou a pensar uma política direcionada a esse grupo etário, principalmente os aposentados.

Atualmente, nós temos a Constituição Federal (1988), a Política Nacional do Idoso, Lei 8.842/94, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03 e, em âmbito de participação, os Conselhos de Idosos. De acordo com Boaretto e Heimann (2003, pp. 111-112), “os conselhos são espaços legais reconhecidos pelo Estado em que a sociedade civil pode exercer sua cidadania e ter seus direitos conquistados para além do voto”. O Art. 230 da Constituição Federal traz o seguinte: “A

família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

A Política Nacional do Idoso, em seu Art. 1º, nos apresenta o objetivo dessa proposta: “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. No tocante à questão do trabalho, o Estatuto do Idoso é o mais efetivo em assegurar os direitos das pessoas acima de 60 anos, tendo o Capítulo VI (Art. 26, 27 e 28) todo dedicado a essa questão.

Esse aparato legal em torno da questão da velhice possibilita que exista um grande número de movimentos crescentes em torno da luta pelos direitos dos idosos na sociedade (BORGES, 2003). Habermas (1987) afirma que as características como, por exemplo, idade, servem à construção e determinação de comunidades, ao estabelecimento de comunidades de comunicação que se autoprotegem em forma de subculturas, buscando condições adequadas para o desenvolvimento de uma identidade pessoal e coletiva.

Em face da amplitude dos esforços de pesquisa, atividades direcionadas para idosos e aparato legal, torna-se urgente a produção de conhecimentos que possam auxiliar o desvelamento da realidade dos idosos em nossa sociedade e, num âmbito mais específico, conhecer a realidade dos trabalhadores acima de 50 anos em algumas cooperativas populares da cidade de Campinas.

A velhice constitui um desafio para os que a vivem e para os que buscam compreendê-la. (GUSMÃO, 2001, p. 122)

1.2 Mundo do Trabalho

Relacionada com o conceito de mundo da vida, Habermas (1987) traz a perspectiva dos sistemas sociais, que são considerados como as estruturas macro da sociedade, ou seja, o Estado. Nessa perspectiva, o autor nos traz uma análise mais conjuntural do Estado e do que o compõe, nos preparando para analisarmos melhor o mundo do trabalho.

Para ele, o capitalismo e o Estado moderno são entendidos como subsistemas que, através dos meios dinheiro e poder, se diferenciam da estrutura social do mundo da vida. De um lado temos o capitalismo/dinheiro e o Estado/poder contrapondo-se à sociedade e à vida em comunidade. Em todas essas estruturas encontraremos a esfera da vida privada e a esfera da opinião pública.

O núcleo institucional da esfera da vida privada constitui a família pequena, a qual desde a perspectiva de sistema econômico fica definida como economia doméstica. Já o núcleo institucional da esfera da opinião pública constitui aquelas redes de comunicação reforçadas inicialmente pelas formas sociais em que se materializa o cultivo da arte e depois pelos meios de comunicação de massa.

Como já vimos, o mundo da vida está constituído pelas estruturas da sociedade, personalidade e cultura; esse mundo se contrapõe à perspectiva dos sistemas sociais que têm como componentes o Estado e sua estrutura de poder e o Mercado mediado pelo capitalismo.

Através do mercado e do capitalismo podemos entrar no mundo do trabalho que é o mundo onde a pesquisa foi realizada. Nesse sentido, Coraggio (1991), analisando o desenvolvimento da questão urbana na América Latina, afirma que na década de 1980 inicia-se uma investigação em relação à vida cotidiana popular, às estratégias de sobrevivência, aos modos particulares de agenciarem-se terra, moradia e serviços. Esse autor afirma que:

A privatização e municipalização dos serviços começa a pôr no centro da atenção a autogestão, as tecnologias alternativas, a informalidade e a denominada “economia popular de solidariedade”¹¹, na expectativa de que se acaba a etapa de reivindicações eficazes ao Estado e que o mercado capitalista promete mais exclusão e carências. (CORAGGIO, 1991, p. 36)

Essa é a base para nossa pesquisa, pois mesmo que Coraggio (1991) tenha afirmado isso em relação à década de 1980, podemos perceber que, atualmente, o mundo do trabalho através do mercado formal só tem diminuído suas ofertas¹², principalmente no tocante às pessoas acima de 50 anos. Gohn (2001b, p. 95) afirma que: “O maior problema no mundo do trabalho é o desemprego e a necessidade de alterar as políticas públicas, de forma que se priorize a retomada do desenvolvimento e a expansão do setor produtivo”.

No item anterior, apresentamos algumas possibilidades de reinserção das pessoas em processo de envelhecimento no mundo da vida (sociedade, cultura e personalidade). Neste tópico, pretendemos discorrer sobre a reinserção no mundo do trabalho, através da componente mercado, tratando da Economia Solidária e do cooperativismo no Brasil.

¹¹ Os conceitos concernentes a este assunto serão explicitados no subcapítulo intitulado Economia Solidária.

¹² Mesmo que a mídia televisiva e jornalística mostre dados positivos em relação ao crescimento do emprego, sabemos que isso é muito insignificante em relação ao índice alarmante de desemprego em nosso país.

1.2.1 Economia Solidária

Em primeiro lugar, antes de adentrarmos pelo conceito de Economia Solidária, é necessário contextualizar o cenário social, político e econômico em que se deu seu surgimento no Brasil.

Segundo análise do mundo do trabalho, sabemos que a ótica vigente em nossa sociedade é o modelo neoliberal. De acordo com Reginaldo Moraes¹³, o neoliberalismo pode ser visto por três aspectos: primeiro, como uma corrente de pensamento e uma ideologia; segundo, como um movimento intelectual clássico; e, por último, como um conjunto de políticas aplicadas e adotadas por governos neoconservadores.

Esse autor acredita que, atualmente, o neoliberalismo seja uma ideologia do capitalismo financeiro que tem orientações estratégicas: destruir os Sindicatos, privatizar as empresas e liberar a entrada de capital estrangeiro. Além disso, pretende destruir as políticas sociais e destruir a resistência organizada. Esses dados parecem assustadores, mas, se pensarmos na questão do desemprego, perceberemos o quanto essa política influenciou o aumento do número de desempregados em nosso país.

Ainda com dados de Reginaldo Moraes, temos que em 1994, na grande São Paulo, o número de desempregados era de 500.000, com um tempo médio de procura por outro emprego de 22 semanas. Em 2001, o número de desempregados saltou para 1.800.000, com uma média de procura de 28 semanas.

De acordo com Antunes (2004), a adoção do modelo neoliberal em nosso país foi iniciado de forma aventureira pelo governo de Fernando Collor de Mello em 1990, tendo prosseguimento nessa política com a presidência mais racional de Fernando Henrique Cardoso de 1995 até 2002, que visava a pavimentar os caminhos do neoliberalismo no Brasil, que vem sendo seguido pelo atual governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

E o que essa política traz para o mundo do trabalho? Nessa ótica vigente do neoliberalismo estão presentes o livre mercado, a produtividade e a competitividade penetrando não só na produção, mas também nas relações sociais. O alto nível de desemprego, a flexibilização de direitos conquistados e a necessidade de qualificação profissional colocam os

¹³ Palestra ministrada no dia 04/07/2002 dentro da disciplina Teorias Políticas e Educação, da professora Patrícia Piozzi, na Faculdade de Educação, Unicamp.

trabalhadores e trabalhadoras de nosso país em constante luta para manter-se dentro dos critérios exigidos pelo mercado.

Antunes (2004) afirma categoricamente que o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso não se contentou em fincar os andaimes da desmontagem do país, que ele fala que foi chamada eufemisticamente de “modernização” e isso se deu através dos seguintes acontecimentos:

Através da privatização, da “integração” subordinada à ordem, da destruição do que foi criado desde o varguismo, como as empresas de siderurgia, energia elétrica, telecomunicações, a previdência etc. Isso sem falar no destroçamento social que se acentua crescentemente, na desregulamentação e na precarização do trabalho, no desemprego explosivo, conferindo-nos o título de quarto país em desemprego absoluto mundial. (ANTUNES, 2004, p. 44)

Em relação à Previdência, esse autor acredita que o ponto mais danoso dessa política foi a substituição do tempo de trabalho pelo tempo de contribuição. Se antes as pessoas se aposentavam pelo tempo de serviço trabalhado, hoje, não importa se elas trabalharam apenas, se elas não contribuíram para o INSS, não conseguirão o direito ao benefício da aposentadoria. Isso significa que:

Os aposentados gozarão a previdência quando a Justiça do Trabalho lhes der ganho de causa. Provavelmente, embaixo da terra. Isso sem falar na exclusão, pura e simples, de mais de 20 milhões que estão no chamado trabalho precário, sem carteira de trabalho assinada e sem direitos. A estes, não resta nada! (ANTUNES, 2004, p. 49)

Esse é o contexto social, político e econômico em que se dá o surgimento da Economia Solidária, que vem de encontro à vontade daqueles que se contrapõem à lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias ou que estão sendo esmagados por essa nova forma de estruturação do trabalho. Antunes (2004, p. 50) acredita que essas pessoas “devem buscar alternativas que contraditem fortemente estas tendências hoje dominantes, em vez de fazer coro com os interesses da ordem, que estão em sintonia com o neoliberalismo”.

Além disso, ele acredita que o maior desafio do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe. Gohn (2001c) assinala que a luta imediata é pela sobrevivência física: o emprego, a fuga aos efeitos da recessão, em que “o coletivo deve ser o cenário, o espaço de construção das vontades, através do pluralismo das idéias, de seus confrontos, e da formulação

de linhas comuns que possibilitem a canalização das vontades individuais em vontades coletivas” (GOHN, 2001c, p. 108).

Com tudo isso, vemos que é emergente o surgimento de algo diferente, em que os trabalhadores e trabalhadoras possam, realmente, acreditar e ter perspectivas de uma sobrevivência e um envelhecimento mais digno. E Singer (2002) afirma que a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

No entanto, ainda não se tem um consenso em relação ao conceito Economia Solidária: alguns chamam de Economia Popular Solidária, outros de Socioeconomia Solidária, temos também Economia de Solidariedade. Não vamos aqui destrinchar cada um desses conceitos, porque não é nosso objetivo e, também, porque muitos autores já o fizeram¹⁴.

Vamos citar apenas alguns autores que têm se destacado em relação à discussão desse tema.

Singer (2000, 2002) é um dos pioneiros a estudar esse tema no Brasil, e usa o termo Economia Solidária como um modo de produção e distribuição, de certa forma, alternativo ao modo capitalista, que é sempre criado e recriado por trabalhadores que se encontram marginalizados do mercado de trabalho formal.

Esse autor nos traz a concepção de que a economia solidária não é a criação intelectual de alguém, mas ele acredita que os socialistas “utópicos” da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, Singer (2000, p. 13) afirma: “A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”.

Segundo Singer (2000), a Economia Solidária começou a ressurgir em nosso país de forma esparsa na década de 1980 e só foi tomar maior impulso a partir da segunda metade dos anos 1990, pois seria uma espécie de reação dos movimentos sociais contra o desemprego em massa que começou a assolar o Brasil em 1981, se agravando com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

Alcântara (2003) complementa ao constatar que a Economia Solidária surge para atender a uma necessidade, a geração de renda, porém o público-alvo desse modelo, a princípio, não eram indivíduos desempregados, sem qualificação e que já estivessem fora do mercado de trabalho. Ela

¹⁴ Ver, por exemplo, Singer (2002, 1999); Bertucci e Silva (2003); Dagnino (s/d); Nunes e Cifuentes (2001).

afirma: “Na verdade, o modelo está sendo ‘apropriado’ por esses indivíduos, ou melhor dizendo, destinado a eles com a intenção de sanar uma necessidade imediata: a inexistência de renda”. (ALCÂNTARA, 2003, p. 35)

Luis Inácio Gaiger, da UNISINOS/RS, considera a Economia Popular Solidária como iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. Para ele, “os projetos coletivos contribuem para a racionalização da solidariedade, uma vez que criam espaços para a sua prática intencional e cotidiana” (GAIGER, 2000, p. 275).

Usando o termo Socioeconomia Solidária, Marcos Arruda, coordenador-geral do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, fala em um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Ele acredita que, além das transformações institucionais na esfera social e econômica, implica uma mudança profunda no nível das relações sociais e culturais; a socioeconomia estaria a serviço da sociedade humana e não apenas como um fim em si mesma. Ele fala também de uma economia a partir do coração, que seria:

Aquela que segue o caminho da “cooperatividade” em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual, do “um por todos, todos por um”, em vez do “cada um por si e Deus só por mim”. E esta economia já existe. Ela tem como centro o coração, cuja energia é o amor. Trata-se, então, de uma economia amorosa, que pressupõe seres amorosos. (QUINTELA e ARRUDA, 2000, p. 317)

Coraggio (1991, p. 335) fala em Economia Popular e entende esse conceito como o conjunto de recursos, práticas e relações econômicas próprias dos agentes econômicos populares de uma sociedade; tal conjunto abarca “unidades elementares de produção-reprodução orientadas primordialmente para a reprodução de seus membros e que para tal fim dependem fundamentalmente do exercício continuado da capacidade de trabalho deles”. Essa economia é então diferente da economia empresarial capitalista exatamente pela sua lógica, que se caracteriza por uma melhoria da qualidade de vida e não, simplesmente, pelo acúmulo de riquezas. Tiriba (2000, p. 229) também concorda com esse conceito quando afirma que “os empreendimentos pertencentes ao setor da economia popular têm se caracterizado, fundamentalmente, pela lógica da reprodução da vida e não do capital”.

Tauile e Rodrigues (2004) se referem à Economia Solidária quando tratam dos Empreendimentos Autogestionários, ou seja, um conjunto de elementos de fomento e suporte às

empresas formalmente constituídas ou grupos com potencial de constituição: “Estamos falando de administração e gerenciamento fundamentados na democracia e na igualdade de direitos e responsabilidades; sociedades econômicas cuja natureza jurídica caracteriza-se por ser sociedade de pessoas, as cooperativas”.

Lima (s/d) cita Carbonari (1999) e Razetto (1998), que entendem a Economia Solidária como uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos, a serviço do homem, e não apenas como a chamada economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado; esses autores caminham na linha da socioeconomia solidária. De acordo com Singer (2000, 2002) também acreditam que a economia solidária pode ser vista como o caminho propulsor para uma nova forma de organização do trabalho na sociedade capitalista, advinda das populações pobres e marginalizadas, a partir da força da solidariedade, a qual liberta e cria vínculos de organização e de comunidade.

Com a crescente atenção que esse tema passou a ter na sociedade e pelos órgãos públicos, criou-se, em nível federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, cujo secretário nacional é o economista Paul Singer.

De certa forma, os conceitos têm nomes diferentes, mas podemos identificar elementos comuns entre as reflexões desses autores. A Economia Solidária representa um conjunto de iniciativas econômicas populares que expressam valores e práticas diferentes do atual sistema capitalista; nesse sentido, “pesquisar sobre o terceiro setor, a mídia, os meios de comunicação, o caráter do novo associativismo dos programas da área da ‘nova economia social’, etc. tornou-se tão necessário quanto pesquisar sobre as formas de sobrevivência...” (GOHN, 2001b, p. 19).

No tocante à reinserção de idosos no mundo do trabalho através de empreendimentos autogestionários, Coraggio (1991, p. 351) afirma que:

Em relação à economia popular urbana em suas várias possibilidades de setores de atuação (serviços ou produção), a possibilidade de obter satisfação de alta qualidade e baixo custo está já aberta e pode ser acentuada com uma apropriada adoção de novas tecnologias. Tudo isto pode ser feito contando com profissionais hoje excluídos do mercado capitalista.

Como pudemos perceber, a Economia Solidária abrange várias situações e iniciativas econômicas, uma delas é o cooperativismo e a autogestão como maneira de vencer o desemprego, por isso, no próximo tópico discorreremos sobre a contextualização do cooperativismo no Brasil.

1.2.2 Contextualização do Movimento Cooperativista no Brasil

O cooperativismo não é um movimento que nasce da Economia Solidária, pois como bem demonstrado pelos estudiosos do assunto, a Economia Solidária é recente em nosso país, já o cooperativismo tem sua origem a partir de meados do século XIX na Europa. Segundo Singer (2002) a cooperativa de Rochdale, criada em 1844, pode ser considerada a mãe de todo esse movimento, que se iniciou mais ou menos uma década antes e já crescia como modo de produção alternativo ao capitalismo.

De acordo com a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária)¹⁵, no Brasil o cooperativismo começou a existir no final do século XIX com forte presença no campo, herdando uma característica rural até nossos dias. Silva *et al.* (2003), baseados em dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) de 1996, complementam essas informações e nos trazem que as primeiras experiências de cooperativismo em nosso país se dão com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe-PE, em 1894. Além disso, a partir de 1902, surgiram as primeiras experiências de caixas rurais, no Rio Grande do Sul e, em 1907, foram criadas cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais.

Apesar de percebermos que esse movimento no Brasil se iniciou por volta de 1900, no tocante ao campo jurídico, a regulamentação legal das cooperativas foi surgir apenas com a Lei 5.764 de 16/12/1971 que institui o regime de trabalho em forma de cooperativismo. No entanto, ela é muito genérica e o controle sobre as cooperativas é quase inexistente. Por outro lado, desde a aprovação da Constituição de 1988, a prática cooperativista se desvincula do Estado e vários projetos de lei passam a tramitar pelo Congresso Nacional com o propósito de alterar a Lei supracitada (SILVA *et al.*, 2003).

Se considerarmos a diversidade regional existente no território brasileiro, não podemos esperar que o movimento cooperativista tenha começado de forma homogênea, pelo contrário, cada região marcada por suas especificidades traz um início e fomento diferenciado no tocante à questão do cooperativismo. Segundo Silva *et al.* (2003, p. 80):

¹⁵ A ANTEAG foi constituída oficialmente em maio de 1994, surgiu como uma associação civil sem fins lucrativos que congrega associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão. Além disso, seus programas de educação foram estruturados em torno de três eixos: o da empresa sem patrão, o das questões de viabilidade econômico-financeira da empresa e o eixo da não-dissociação entre pensar e fazer (NAKANO, 2000).

A diferença regional do cooperativismo brasileiro foi motivada, dentre outros fatores, pela forte influência de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – instalados nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já traziam algumas experiências no campo do associativismo.

Na Região Norte¹⁶, o nascimento do cooperativismo se deu no início do século XX, principalmente através das cooperativas extrativistas, voltadas primordialmente para a exploração da borracha. Na Região Nordeste, a história do cooperativismo reproduz um modelo concentrador e excludente que teve sua base de sustentação em uma estrutura agrária voltada para o latifúndio e para o setor agroexportador. Na Região Centro-Oeste, o surgimento de uma série de iniciativas cooperativistas, tanto na área rural como na área urbana, se deu com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, na década de 1980.

A Região Sudeste foi considerada um dos berços do cooperativismo brasileiro, em que as primeiras cooperativas nos remetem ao final do século XIX, na cidade de Limeira-SP. No entanto, o cooperativismo, nessa região, só vai começar sua fase de fortalecimento em termos socioeconômicos a partir da década de 1920. Por outro lado, o interesse do poder público pelo cooperativismo atrela-se às mudanças que ocorreram no país, com a expansão da indústria nacional e, também, a preocupação do Estado com o abastecimento do mercado interno, por causa da II Guerra Mundial.

Na Região Sul o processo associativo do cooperativismo caminhou por uma vertente de ação coletiva e outra vertente de origem estatal, vinculada a uma política de governo permeada por três momentos. O primeiro momento ocorreu nas três primeiras décadas do século XX, em que os imigrantes tiveram um papel de destaque. O segundo momento está situado entre as décadas de 1940 e 1970, tendo como base a ação social como comportamento da sociedade. E o terceiro momento tem início na década de 1980, em que se busca uma releitura do movimento cooperativista na região.

Em termos numéricos, segundo Silva *et al.* (2003), podemos constatar no ano de 1990 o registro de 4.666 cooperativas no Departamento Nacional de Registro Comercial (DNCR), já em 2001 esse número sobe para 20.579 cooperativas. Com isso, temos um crescimento de 331% no número de cooperativas em nosso país em apenas uma década.

¹⁶ As informações sobre o histórico do cooperativismo no Brasil foram retiradas, principalmente, de SILVA *et al.* (2003).

Cabe mencionar que Gohn (2003, p. 29) afirma que as cooperativas surgem, também, como movimentos de bairros, nos quais os centros comunitários se voltam para a organização de parcelas da população em cooperativas ou outras formas que se dedicam a diversas atividades, dentre elas, “produção e comercialização de inúmeros produtos de uso doméstico ou de alimentação, galpões de reciclagem de produtos, (...) doces, uma infinidade de atividades nucleadas em cooperativas ou associações nos próprios bairros populares”.

Tauile e Rodrigues (2004) complementam essas informações ao afirmarem que “trata-se agora de cooperativas urbanas que surgem em grande número, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais combinado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas”. Esses autores acreditam que as cooperativas autogestionárias são responsáveis pela existência no país de expressivo número de trabalhadores organizados democraticamente.

Mas o que é uma cooperativa popular?

Segundo a ITCP-Unicamp, uma cooperativa popular é um empreendimento de grupo de trabalhadores, com no mínimo 20 integrantes, que se unem para desenvolver atividades econômicas de forma democrática, cuja gestão é exercida por eles.

Singer (2002) nos traz uma exemplar comparação entre uma empresa capitalista e uma empresa solidária, aqui se entendendo uma cooperativa, para ficar mais claro quais as diferenças entre esses empreendimentos. Teoricamente, as cooperativas estão inseridas num processo dual, em que, dentro delas, entre os cooperados, deveria haver união e solidariedade para que o grupo caminhasse, já que são autogestionários; e fora dela, na relação com o mercado, como estão atuando num sistema capitalista, precisam ser competitivos.

Na empresa capitalista, os salários são pensados de acordo com a maximização dos lucros. Já na empresa solidária, não falamos em salário e sim em retiradas e essas são decididas pelos sócios, que buscam assegurar o bem-estar dos cooperados; não se fala em lucro, mas sim em sobras. As sobras podem ser redivididas entre os membros ou serem direcionadas para um Fundo da Cooperativa, a ser usado como melhor convier ao grupo.

Em relação às decisões, temos que, na empresa capitalista, o que prevalece são o poder e o interesse dos acionistas, representados pelo grupo controlador. Já na empresa solidária, temos a prevalência do poder e interesse dos sócios, cujas decisões são tomadas em assembleias, que ocorrem quando há necessidade.

Em termos gerais, segundo Singer (2000), os princípios organizativos de uma cooperativa estão baseados na posse coletiva dos meios de produção pelos membros do grupo que a utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados em assembleias e reuniões destinadas para esse fim.

A forma de organização e funcionamento de uma cooperativa vai depender da construção prática de cada grupo, porém existem alguns princípios do cooperativismo, que foram criados pela cooperativa Rochdale em 1844 e, depois, de acordo com Singer (2002), foram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo, quais sejam:

1. Livre adesão;
2. Organização democrática da gestão (autogestão), onde cada cooperado tem direito a um voto e a soberania plena é da assembleia-geral;
3. Supremacia da vida sobre o trabalho e do trabalho sobre o capital;
4. Equidade e solidariedade: repartição do trabalho, do poder de decisão, do conhecimento e do produto do trabalho;
5. Que a diferença nas retiradas não ultrapasse 3 para 1;
6. Seguridade social (fundos sociais cooperativos);
7. Intercooperação;
8. Qualidade no produto, ética na concorrência, respeito ao consumidor, preservação ambiental, tecnologias socialmente adequadas;
9. Transformação da sociedade: cidadania ativa, participação popular, distribuição solidária da riqueza;
10. Educação continuada e defesa da escola pública.

Em determinados casos pode haver diferenças na escrita dos princípios e na separação numérica deles, mas, em geral, o movimento cooperativista busca preservar esses preceitos.

Como as cooperativas populares, geralmente, são formadas por trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado formal, que não possuem capital para abarcar o início de um trabalho autogestionário, Singer (2000, p. 21) alerta para o fato de que o nascimento desses grupos precisa de um financiamento ou apoio externos, que podem ser “outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG) etc.”.

Em relação às Incubadoras, veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO EM CAMPINAS, SP

Após exposição da situação econômica, social e política do Brasil e suas conseqüências para a população brasileira, sobretudo para aqueles que já passaram dos 50 anos, abordaremos, neste capítulo, exclusivamente o município de nossa pesquisa. Iniciaremos com uma visão geral sobre o mundo do trabalho na cidade de Campinas; num segundo momento, apresentaremos o Programa da Prefeitura Municipal desta cidade para o fomento de cooperativas populares e as Incubadoras parceiras desse convênio; por fim, apresentaremos um retrato socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras acima de 50 anos em cooperativas populares da cidade de Campinas, resultante da primeira parte desta pesquisa.

2.1 Visão Geral

Como apresentado em itens anteriores, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho nas últimas décadas influenciaram marcadamente a economia brasileira e trouxeram conseqüências desordenadas para a população que vive no município de Campinas, SP. Milhares de cidadãos buscam uma forma de sobrevivência no mercado informal ou alternativo; no caso do mercado alternativo, temos presenciado, atualmente, neste município, um movimento intenso de trabalhadores, inclusive de pessoas acima de 50 anos, por luta da cidadania na conquista de trabalho através do cooperativismo.

A região de Campinas pode ser considerada parte importante do pólo mais dinâmico, que é o Estado de São Paulo, dentro de uma economia nacional relevante no cenário mundial; com a adoção de novos paradigmas econômicos, sociais e políticos, este município presenciou uma significativa mudança na reestruturação de seu parque industrial, de sua economia em geral e das formas de trabalho, de emprego e de geração de renda.

Tendo como base informações contidas no Projeto Campinas da ITCP-Unicamp (2002), temos que uma parte significativa das indústrias de base tradicional da região converteu seus parques industriais a partir da automação de suas plantas e introdução de técnicas de gestão da mão-de-obra caracterizadas pela especialização flexível dos trabalhadores e trabalhadoras, terceirização de serviços secundários à produção e grande enxugamento de postos de trabalho.

Além disso, os setores com menor capacidade de investimento e de acumulação, submetidos à abertura indiscriminada do mercado, ficaram expostos a duras condições de concorrência, fechando suas portas ou sendo obrigados a reduzir drasticamente seus custos, seja pelo enxugamento dos postos de trabalho, pela simples redução dos salários por mecanismos de contratação – emprego temporário, subcontratação, terceirização – e/ou pela precarização das condições de produção e de trabalho.

Diante desse quadro podemos considerar que a economia de Campinas se caracterizou por uma ampliação expressiva dos índices de desemprego, o que levou à necessidade de vários setores da sociedade pensarem num projeto de ampliação da cidadania por via da retomada efetiva do crescimento econômico, da capacidade de intervenção social dos diversos níveis do Estado e da geração de formas de inclusão e reinclusão social (ITCP-UNICAMP, 2002).

Dessa forma, a busca de respostas por parte de diversas Administrações Municipais e Estaduais ao desemprego e à necessidade de repensar o trabalho tem encontrado nas cooperativas e empresas autogestionárias um caminho baseado em propostas concretas e experiências práticas, várias em andamento e outras em construção. Segundo a ANTEAG, o sistema de cooperativas é uma opção em desenvolvimento, uma forma de “crescer distribuindo”, de maneira socialmente justa, ecologicamente sustentável e economicamente viável.

Nesse sentido a Prefeitura Municipal de Campinas criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em junho de 2002, que tem como uma de suas atribuições implementar o programa de geração de emprego e renda e programas de cooperativas. Dentro desse programa, existe uma parceria com três incubadoras da cidade para prestarem assessoria e apoio a grupos que pretendem se constituir como cooperativas.

O convênio envolve as seguintes Incubadoras: ITCP-Unicamp, Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA) e a Organização Não-Governamental Ecologia e Dignidade Humana (EDH). Apresentaremos o histórico e a situação atual de cada uma delas e como a segunda parte da presente pesquisa direciona-se mais especificamente às cooperativas atendidas pela ITCP-Unicamp, a esta será dada maior ênfase.

2.1.1 Organização Não-Governamental Ecologia e Dignidade Humana

As informações sobre essa Incubadora foram baseadas na entrevista concedida à pesquisadora pelo atual presidente.

A EDH teve início com um grupo de geração de trabalho decorrente do Tema da Campanha da Fraternidade de 1999 que questionava: Sem trabalho, por quê? Alguns membros da Paróquia Nossa Senhora das Dores no bairro Cambuí começaram a se reunir com o propósito de dar uma resposta à Campanha da Fraternidade.

Eles chegaram à conclusão de que a geração de trabalho só seria efetiva se fosse gerar trabalho ocioso, porque, do contrário, seria concorrência de trabalho e não geração. Esse grupo de trabalho começou a procurar, dentro desse princípio, um trabalho ocioso e entre os trabalhos ociosos que apareceram, eles encontraram o reciclável. Tiveram ciência de que em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro já existia algum trabalho com reciclável e verificaram que havia viabilidade de instalação. Tomaram por base a cooperativa CoopaMale de São Paulo.

Montaram a primeira cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos com apoio da Paróquia supracitada, da Fundação FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas) e do Rotary Club de Campinas, Argentina e Internacional. Segundo palavras do presidente, eles foram os primeiros a realizar esse tipo de trabalho na cidade de Campinas. Nessa época, a EDH ainda não existia como ONG; ela foi crescendo junto com a primeira cooperativa incubada, que depois foi denominada de Cooperativa Aliança, a primeira cooperativa de Campinas.

A metodologia deles é toda baseada em um acompanhamento prático quase constante, mas sem exercer influência na admissão, na demissão, no resultado, mas indicando o melhor caminho. A cada trimestre, realiza-se um levantamento de demandas nesse grupo e, a partir disso, é promovido um curso para os cooperados.

Como eles obtiveram sucesso com essa primeira experiência, nesses cinco anos de trabalho, membros da Prefeitura Municipal de Campinas designaram a EDH como Incubadora e passaram para ela grupos a serem constituídos como cooperativas.

O imóvel onde está instalada essa Incubadora foi doado pela Igreja Católica e essa sede serve também como local de alimentação e higiene para os cooperados da Aliança. Além dos órgãos já citados, eles possuem ou possuíram articulação com os seguintes grupos: Rhodia,

Medial, EPTV, Jornal Correio Popular, Singer, Petrobrás, Unilever, Pão de Açúcar, Unimed, entre outros.

Além do trabalho de incubação de cooperativas, a EDH mantém outros projetos, como o Sopro de Vida, no Jardim São Luís, que controla o peso das crianças, trabalha com alfabetização de adultos e preparação profissional. Apóia uma creche fornecendo alimentos e, também, mantém um trabalho de alfabetização de adultos na Paróquia Nossa Senhora das Dores.

O presidente salientou que o trabalho deles não é simplesmente de incubação, mas, sobretudo, de amor ao próximo, e é esse espírito que permeia e dá base para que o trabalho ocorra. Até o fechamento do convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, eles realizavam atividades voluntárias.

Como Incubadora, então, a EDH atende quatro cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos: Cooperativa Aliança, Santo Expedito, Haviá e Santos Dumont, sendo apenas as três últimas reconhecidas pela Prefeitura Municipal de Campinas em seu Programa de Cooperativismo. No total, essa incubação beneficia 60 pessoas, das quais 15% com idade igual ou superior a 50 anos.

2.1.2 Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo

As informações sobre essa Incubadora foram baseadas na entrevista concedida à pesquisadora por uma monitora do CRCA que atua nesse Centro desde, praticamente, a sua criação.

Essa Incubadora nasceu de uma situação verificada pelos membros do Centro em relação à exclusão social muito grande provocada pelo desemprego em Campinas, às más condições de trabalho e a esses altos índices de desemprego; os membros, então, iniciaram experiências em algumas comunidades, dando curso de cooperativismo, com o conteúdo da Economia Popular Solidária. Essa iniciativa começou pela Cáritas Arquidiocesana de Campinas e depois o Centro foi constituído.

Aqui é importante salientar o trabalho da Cáritas para o crescimento da Economia Solidária no Brasil. A Cáritas é uma entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo Singer (2002), ela já financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs – Projetos Alternativos Comunitários – e esse autor afirma que “uma boa parte dos PACs

destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país” (SINGER, 2002, p. 122).

O CRCA foi fundado no dia 18 de outubro de 2002 e desempenha suas atividades em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Campinas, com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), com a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CES)-BA, com a Secretaria Municipal de Assistência Social e com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Esse Centro atua como Incubadora de Cooperativas Populares em diversas áreas e seu principal objetivo é promover a Economia Solidária, tendo como base a autogestão dos grupos, a democratização de trabalho e a constituição de estruturas sociais menos desiguais dentro deste universo capitalista. Possui uma metodologia própria de incubação, que prevê desde um processo de sensibilização até a formação da cooperativa e do empreendimento solidário.

O trabalho do CRCA é desenvolvido em quatro frentes de atuação, quais sejam:

- 1) FOMENTO – Trabalho de sensibilização para o grupo ter condições de trabalhar com a Economia Solidária.
- 2) INCUBAÇÃO – Formação Política, Administrativa e Financeira durante dois anos.
- 3) ASSESSORIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – Assessoria pontual nos grupos e pesquisa dos membros do CRCA no sentido de implementação nas áreas de atuação dos estagiários: Engenharia Ambiental, Informática e Economia.
- 4) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS – Relações com a Prefeitura Municipal, com Empresas e com outras Incubadoras.

Possui um Conselho Administrativo, que é voluntário e consiste no presidente e na gestora administrativa. Além desse conselho, existem as equipes técnicas, que são constituídas por duplas de áreas diferentes. Tais equipes realizam visitas semanais até a cooperativa chegar à autogestão. Elaboram um plano personalizado para cada cooperativa.

A monitora salientou que a missão do CRCA é incubar e assessorar empreendimentos solidários através de metodologia própria, fomentar a Economia Popular e Solidária e articular relações Institucionais e Políticas Públicas, visando a viabilizar esses empreendimentos e contribuir para construção de uma sociedade justa e fraterna.

Como Incubadora esse Centro atende 11 cooperativas: Santa Genebra (Reciclagem de Resíduos Sólidos), Dom Bosco (Reciclagem de Resíduos Sólidos), Antônio da Costa Santos

(Reciclagem de Resíduos Sólidos), São Bernardo (Reciclagem de Resíduos Sólidos), Divipaz (Reciclagem de Resíduos Sólidos), Proença (Reciclagem de Resíduos Sólidos), Unidos na Vitória (Reciclagem de Resíduos Sólidos), Santo Antônio (Construção Civil – Blocos), Mão na Massa (Construção Civil), Novo Milênio (Confecção) e Parceiras com Futuro (Alimentação), todas reconhecidas pela Prefeitura Municipal de Campinas em seu Programa de Cooperativismo. No total, essa incubação beneficia 160 pessoas, das quais aproximadamente 15% possuem idade igual ou superior a 50 anos.

2.2 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP-Unicamp)

Para composição da história de formação dessa Incubadora, bem como de sua situação atual, realizamos um árduo trabalho de entrevistas e depoimentos dos próprios participantes desse processo de constituição da ITCP-Unicamp.

Um dos responsáveis para que o Projeto Incubadora fosse concretizado foi o coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp (CORI), no ano de 2000, na Reitoria do professor Hermano Medeiros Ferreira de Tavares, gestão 22/03/1998 a 19/04/2002. Esse coordenador tinha a função de organizar atividades de acordos, convênios e contratos de cooperação; além disso, tinha um papel de articulação de relações entre a Unicamp e as diferentes instituições, incluindo Prefeituras e Governos. Ele acredita que tudo começou com uma greve de mais ou menos três meses, que assolou a Universidade naquele ano.

Nessa greve, além dos funcionários da Unicamp, o sindicato chamou à participação os funcionários terceirizados da Limpeza Hospitalar do Hospital das Clínicas; esses, então, foram demitidos por participarem de uma greve que não era deles e deixarem de realizar as atribuições da limpeza. O coordenador da CORI foi chamado a resolver essa questão e sugeriu que se formasse uma cooperativa de limpeza com as 120 pessoas demitidas.

Essas pessoas aceitaram a idéia e o coordenador contratou o serviço da ITCP da Universidade de São Paulo para formação desse grupo. Findado o programa de capacitação dessas pessoas, deu-se início à primeira cooperativa popular especializada em serviço de limpeza hospitalar, que acabou se tornando o embrião da ITCP-Unicamp. Paralelamente a esse acontecimento, em 2001 assumiu a Prefeitura Municipal da cidade o prefeito Antônio da Costa

Santos, do Partido dos Trabalhadores, que tinha em seu governo uma proposta de fomento ao cooperativismo e que exerceu certa pressão para que houvesse um trabalho em conjunto da Prefeitura com a UNICAMP.

No dia 9 de setembro do referido ano, foi assinado um Acordo entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp para formação e qualificação de grupos que viriam a se constituir como cooperativas. No dia seguinte à assinatura do Acordo, o prefeito foi assassinado, fato que causou impacto em toda gestão do Programa, trazendo grande perda para a idéia do projeto em si, segundo o coordenador da CORI.

Na época, o coordenador também escreveu um Projeto para a criação da Incubadora da Unicamp para ser assinado ainda na gestão supracitada. E quem se responsabilizou por ele foi o pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários daquela gestão. O pró-reitor, antes de assumir o Projeto Incubadora, já vinha se preocupando com a questão da terceirização de serviços dentro de uma Universidade Pública; ele pensou que diversas tarefas que, a princípio, eram terceirizadas, poderiam ser resolvidas criando-se cooperativas de trabalho.

Após a escrita dessa primeira versão do Projeto, alguns membros da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) organizaram um seminário para se discutir a viabilidade de constituição de uma Incubadora dentro da Unicamp; para tanto, contou-se com a participação de professores, alunos e funcionários. No início, foi um processo difícil do ponto de vista de chegar a um consenso de como seria essa Incubadora, até porque em seu estatuto ela é, como nas cooperativas, autogestionária e isso vai em sentido contrário a todos os órgãos existentes dentro da universidade.

Outro problema que surgiu desde o início e que permanece até hoje é a falta de envolvimento dos professores e isso se torna mais drástico se pensarmos que dentro da Unicamp existem centros de excelência em estudo do cooperativismo, mas que os professores não se manifestaram em participar ativamente do processo de criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Por outro lado, alguns professores que se envolveram no início, acabaram se afastando por motivos diversos.

Passemos, então, para o outro lado da formação da Incubadora, pois ela teve como embrião a cooperativa de limpeza, mas só passou a ter significado após assinatura do convênio com a Prefeitura Municipal. Como estava se dando esse processo por parte do governo municipal?

Segundo um dos membros do grupo que fazia parte da Prefeitura, o secretário que estava responsável por essa questão era Durval de Carvalho, que desenvolveu um trabalho em conjunto com a ANTEAG para a formação de pessoas que atuariam no trabalho de monitoria junto às cooperativas que seriam formadas. Havia três frentes de trabalho: uma frente emergencial para cuidar da manutenção da cidade, em que havia a idéia de se fazer uma Cooperativa de Limpeza Pública e de Paisagismo; uma outra frente direcionada para a Coleta Seletiva, que seriam as cooperativas de Triagem e de Reciclagem de Resíduos Sólidos; e uma outra frente que cuidaria da área de Merenda Escolar – na época, a idéia era que essas cooperativas de merendeiras viessem a participar de licitação no final do ano.

De acordo com o membro do grupo que nos forneceu as informações, foi feita uma pesquisa preliminar junto à população da cidade para localizar pessoas interessadas em constituir cooperativas e em seguida essas pessoas foram cadastradas. Percebeu-se que era um público que vinha de vários níveis de exclusão social: algumas pessoas que estavam desempregadas, outras que nunca tinham trabalhado, muitas mulheres, muitos negros e muitas pessoas acima de 40 anos de idade, que estão, basicamente, excluídas do mercado de trabalho.

Esse grupo da Prefeitura, chamado de Animadores Sociais, não tinha vínculo empregatício com a mesma; seria realizado um convênio entre Prefeitura e ANTEAG, e essas pessoas passariam a ser os técnicos da ANTEAG na cidade de Campinas, mas isso acabou não acontecendo e o grupo passou a atuar voluntariamente. O grupo começou, então, a participar das discussões de formação da Incubadora; constituiu-se um grupo para tal fim, que contava com a participação de pós-graduandos da Unicamp, especialmente de um doutorando do Instituto de Economia e de uma doutoranda da Faculdade de Educação. Ambos, anteriormente às suas participações na Incubadora, começaram a montar um grupo de Estudos em Economia Solidária dentro da Universidade.

Após o primeiro seminário e fechado o convênio com a Prefeitura Municipal, formaram-se duas comissões para dar andamento ao Projeto Incubadora. A primeira comissão foi constituída por um docente do Instituto de Geociências, um docente da Faculdade de Educação Física, uma docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o pró-reitor de Extensão; essa comissão teve como função institucionalizar a ITCP-Unicamp, ou seja, dar-lhe um formato institucional em termos de Regulamentação Interna à Universidade.

A outra comissão, constituída por pós-graduandos da Unicamp e um membro do grupo da Prefeitura, ficou responsável pelo processo de capacitação de monitores, no final de 2001, para atender em situação emergencial esses grupos que estavam sendo formados pela Prefeitura Municipal de Campinas. Essa primeira etapa foi o Programa de Qualificação dessas cooperativas, atendendo cerca de 320 pessoas que tinham como principal motivação a possibilidade de conquistarem uma renda mensal.

O processo de seleção foi realizado na primeira quinzena de dezembro do mesmo ano e o curso aconteceu de 7 a 25 de janeiro de 2002, de segunda a sexta-feira, com duração de oito horas por dia. Para essa capacitação, foi chamada a ANTEAG para compor a formação inicial, na qual realizaram-se os seguintes cursos: Educação Popular, formação sobre Economia Solidária e os vários temas que estavam envolvidos, quais sejam, planejamento da questão financeira, do equilíbrio econômico, do processo de produção na área de produção e tecnologia, contabilidade, relações humanas, etc. Foi nesse curso que teve início a formação do esboço conceitual que os monitores da Incubadora trabalhariam posteriormente.

Após o Curso de Capacitação¹⁷, a ITCP-Unicamp organizou junto à PREAC o II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, em março de 2002. Foi um evento importante do ponto de vista de formação teórica, pois compareceram renomados palestrantes organizados em dez mesas-redondas. Muitos dos teóricos apresentados no subcapítulo Economia Solidária estavam presentes, inclusive o professor Paul Singer. Por outro lado, do ponto de vista do aproveitamento acadêmico, houve pouco público, pois o Seminário coincidiu com uma paralisação na Universidade.

Nesse seminário, também, outras Incubadoras de outras universidades do Brasil apresentaram suas metodologias. Ao final, o grupo que constituía a ITCP-Unicamp naquela época, já com mais monitores, realizou uma semana de discussão para fechar-se a metodologia de incubação, pois, até então, os monitores só ministraram cursos específicos junto às cooperativas. Após definição da metodologia, iniciou-se a etapa que consistiu no processo de incubação das cooperativas, ou seja, um acompanhamento mais processual durante dois anos.

Cabe ressaltar que a história de formação da ITCP-Unicamp foi permeada por discussões complexas por conta da heterogeneidade do grupo. Além disso, houve períodos em que

¹⁷ Em abril de 2005, este curso encerrou sua quarta edição.

ocorreram paralisações nos trabalhos junto aos grupos por conta da falta de pagamento por parte da Prefeitura Municipal de Campinas.

Naquela época, a ITCP-Unicamp já existia como um Programa da Pró-Reitoria de Extensão, mas ainda teve dificuldade de se inserir efetivamente na Universidade, pois segundo o atual presidente, sendo um Programa de Extensão, não interessa ao pessoal docente, no sentido de que não pode fazer pesquisa. Nesse sentido, a Incubadora foi criada, mas ficou no vazio, ficou com um único programa, ou seja, o programa em parceria com a Prefeitura, mas com reduzido interesse de docentes, abrangendo unicamente aqueles que faziam parte do Conselho Orientador.

Deve-se ressaltar, também, que nessa época a ITCP-Unicamp ainda não possuía um espaço físico de trabalho nem estrutura administrativa; foi quando o atual presidente assumiu para contribuir com essa questão. Atualmente, a Incubadora possui uma sede situada na rua Seis de Agosto, 151, Cidade Universitária Zeferino Vaz e conta com o auxílio de um funcionário em período integral da Escola de Extensão da Unicamp.

O presidente desta incubadora acredita que, como qualquer programa que seja meramente de Extensão, a Incubadora é vista como um órgão alheio à Universidade, pois sendo uma Universidade de Pesquisa, o que não é relativo à pesquisa é considerado um corpo estranho dentro da Universidade. Ele acredita, ainda, que isso tem que ficar bem claro do ponto de vista de que os docentes são avaliados pelas publicações que fazem e não pelos Programas de Extensão de que participam.

Do ponto de vista administrativo e de estrutura física, de acordo com o presidente da ITCP-Unicamp, a Incubadora está bem representada dentro da Universidade, mas para que os professores comecem a participar mais efetivamente, ele está trabalhando na organização de uma Revista de Economia Solidária, em que os docentes possam publicar suas produções e, aos poucos, mudar suas agendas de pesquisa. Além disso, ele acredita que a Incubadora é um espaço rico de atividade e aprendizado para os alunos que dela fazem parte.

A ITCP-Unicamp faz parte de uma Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), composta por 16 universidades em todo o Brasil, quais sejam: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Católica de Pelotas (UCPel),

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).

As ITCPs surgem no cenário brasileiro como forte instrumento de organização alternativa de inserção social, geração de renda e trabalho. Constituem iniciativas acadêmicas recentes, com início em meados da década de 1990, com a pioneira UFRJ. Estão vinculadas à Universidade, participando do processo tanto estudantes e professores quanto trabalhadores jovens, adultos e pessoas idosas, contribuindo, dessa forma, para uma comunicação entre Sociedade e Universidade. Porém, é um processo que ainda está em construção, necessitando de maiores discussões.

Segundo informações disponíveis no site da Incubadora¹⁸, a missão da ITCP-Unicamp é contribuir para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, ajudar a combater o desemprego e a precarização do trabalho e auxiliar a ampliação do exercício da cidadania através da participação popular.

Além disso, essa Incubadora teria como objetivos: primeiro, acompanhar e assessorar a formação de cooperativas populares autogestionárias e, também, outras iniciativas de economia solidária – para tanto, pretende disponibilizar aos grupos atendidos o conhecimento técnico e científico produzido pela Unicamp e ajudar na consolidação de tais iniciativas; segundo, permitir aos professores e estudantes vinculados ao programa um campo permanente de observação e aprendizado em relação à sociedade e suas demandas sociais mais urgentes.

A atuação dos monitores da ITCP-Unicamp ocorre diretamente junto às cooperativas e grupos atendidos, em seus locais de trabalho, e envolve ações de extensão e de pesquisa nas áreas de trabalho e geração de renda, educação popular de jovens e adultos, autogestão, adequação sociotécnica & tecnologias apropriadas, saúde & meio ambiente, bem como ações experimentais de ação coletiva nas mais diversas áreas do conhecimento.

Em termos de Organograma, temos a Figura 1:

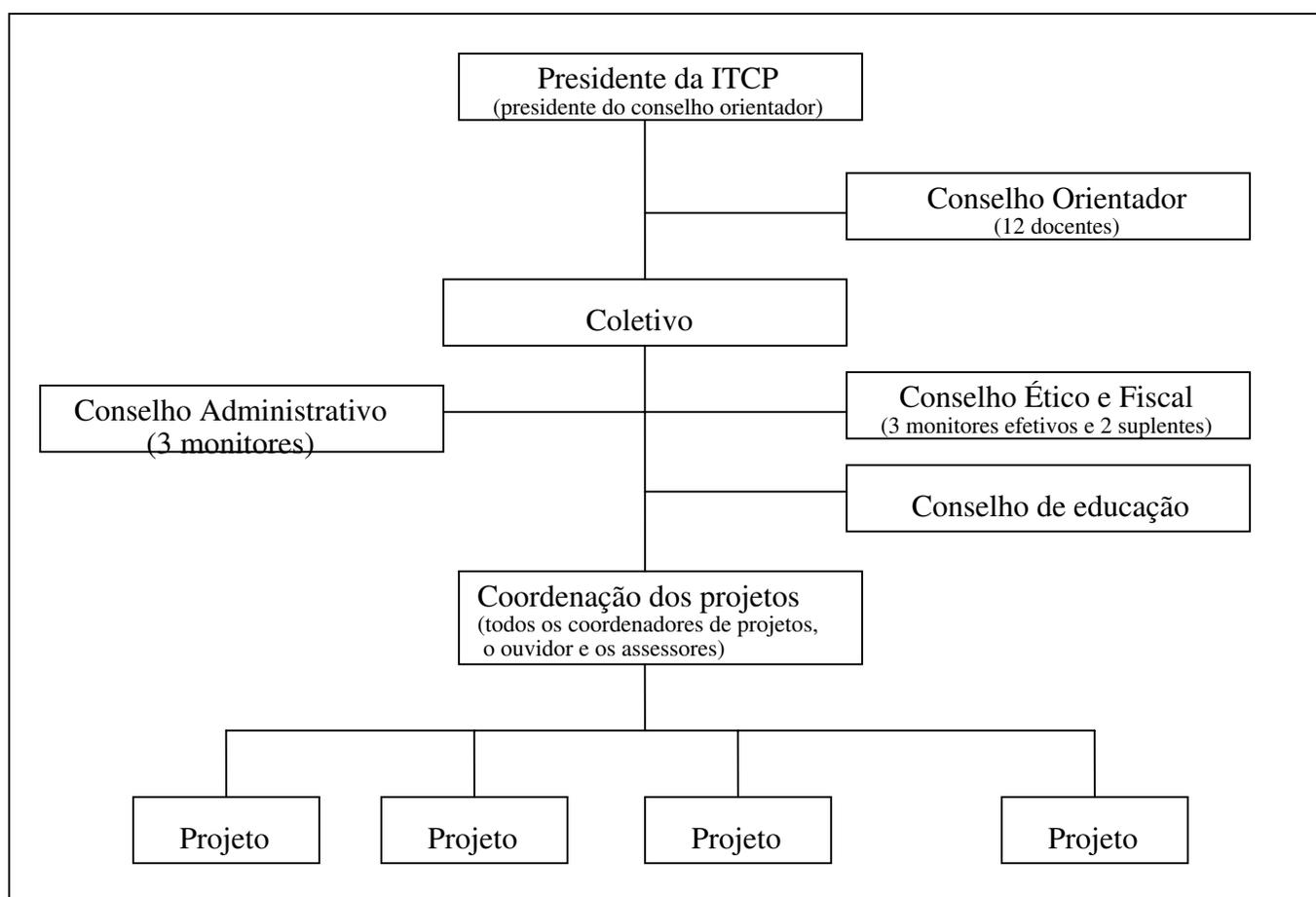
O Conselho Orientador foi regulamentado pela Portaria GR 086/2001 da Universidade Estadual de Campinas e dele fazem parte: um presidente, que é o professor Miguel Bacic, do

¹⁸ Ver <http://www.itcp.unicamp.br/>

Instituto de Economia, e professores representantes das unidades da Unicamp que participam da ITCP-Unicamp. Atualmente, os professores inscritos no Conselho Orientador são dos seguintes institutos: Instituto de Geociências, Faculdade de Ciências Médicas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Economia, Faculdade de Engenharia Civil, Instituto de Biologia, Faculdade de Educação Física, Faculdade de Educação e Faculdade de Engenharia Agrícola.

O Coletivo, órgão decisório máximo, no qual participam todos os membros da ITCP-Unicamp.

FIGURA nº 1: Organograma da ITCP-Unicamp



Fonte: <http://www.itcp.unicamp.br> – Área restrita para membros.

Essa Incubadora é administrada por um Conselho Administrativo, composto por três membros, todos envolvidos com a ITCP-Unicamp, que são eleitos pelo Coletivo em assembléia extraordinária para um período de mandato de um ano.

O Conselho Ético e Fiscal é formado por três membros efetivos e dois suplentes, eleitos pelo Coletivo através da Assembléia-Geral Ordinária, por um período de mandato de um ano.

O Conselho de Educação ainda não foi efetivado.

A Coordenação de Projetos é formada pelos coordenadores das Equipes de Incubação e pelos assessores da ITCP-Unicamp (Assessor Jurídico, Assessor Contábil e Assessor de Comunicação). Seu objetivo é permitir o entrosamento das ações e projetos das diversas equipes de incubação, bem como dos projetos em execução.

Dentro dos Projetos existem as equipes de incubação e os Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária (GEPES). As equipes são a base de funcionamento da Incubadora, pois são elas que operam junto às cooperativas no processo de incubação. Em geral, são formadas por cinco monitores de áreas diferentes: Planejamento Econômico, Dinâmica das Relações Humanas, Produção e Tecnologia, Processos Pedagógicos e Saúde & Meio Ambiente. E o GEPES compõe-se de pessoas interessadas em discutir a temática da economia solidária dentro dessas mesmas áreas.

Atualmente, a Incubadora atende oito cooperativas (ver Capítulo 3), todas reconhecidas pela Prefeitura Municipal de Campinas em seu Programa de Cooperativismo. No total, essa incubação beneficia 112 pessoas, das quais temos que 22% delas possuem idade igual ou superior a 50 anos.

2.3 Retrato socioeconômico de trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos em Cooperativas Populares que participam do Programa de Cooperativismo da Prefeitura Municipal de Campinas

Nosso objetivo de estudo é desvelar a realidade de trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos em cooperativas populares localizadas na cidade de Campinas, que fazem parte de um Programa de Cooperativismo da Prefeitura Municipal. Para tanto, realizamos um levantamento quantitativo das 19 cooperativas (de um total de 22) que são incubadas pela ITCP-Unicamp e pelo CRCA.

Consideramos a idade de 50 anos, pois segundo Debert¹⁹, com essa idade a inserção no mercado de trabalho formal já está bastante comprometida. Além disso, Peres (2002) e Neri

¹⁹ Em orientação de pesquisa realizada no dia 8 de outubro de 2003.

(2002) apontam que pessoas que estejam por volta de 40-50 anos são vítimas em potencial do desemprego. Escolhemos pesquisar a segunda década assinalada por esses autores por ser a década que antecede a entrada na velhice, segundo a legislação brasileira.

A ITCP-Unicamp, juntamente com a Prefeitura Municipal de Campinas e as outras Incubadoras (EDH e CRCA), escreveram um pequeno livro sobre as cooperativas populares da cidade de Campinas. Para isso, os monitores dessas incubadoras aplicaram um questionário nas cooperativas atendidas para atualização dos dados.

Com esse material coletado, analisamos os dados e realizamos um retrato socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras acima de 50 anos nessas cooperativas, pois levantamos os seguintes aspectos:

- Local de nascimento;
- Renda familiar;
- Nível de escolaridade;
- Experiência profissional; se já fez parte do mercado formal de trabalho;
- Sexo;
- Número de pessoas que moram na mesma residência;
- Há quanto tempo vive em Campinas;
- Bairro.

A seguir, temos o retrato socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras na faixa etária selecionada em Cooperativas Populares que participam do Programa de Cooperativismo da Prefeitura Municipal de Campinas.

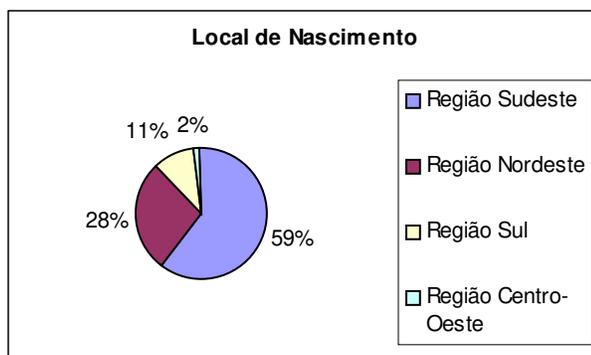
Figura nº 2: Faixa Etária
Cooperativas Populares – Campinas

Idade	Quantidade de cooperados	Porcentagem
Acima de 50 anos	57	21%
Menos de 50 anos	215	79%
Total	272	100%

Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Em relação à faixa etária, temos que de 272 pessoas que são atendidas pela ITCP- Unicamp e pelo CRCA, 21% delas estão na faixa etária igual ou superior a 50 anos, ou seja, 57 pessoas.

Figura nº 3: Local de Nascimento
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos

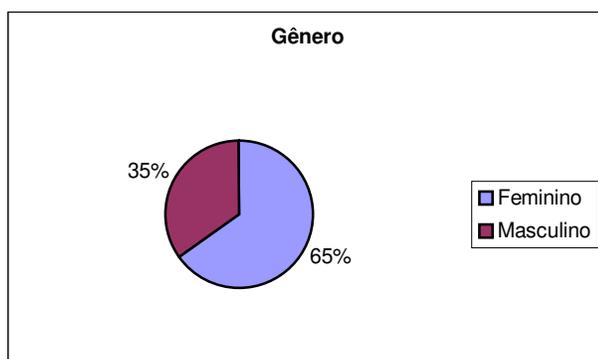


Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Região Sudeste: 34; Região Nordeste: 16; Região Sul: 6; Região Centro-Oeste: 1.

Podemos perceber que, dos 57 cooperados analisados, a grande maioria (59%) nasceu na Região Sudeste; em segundo lugar temos 28% nascidos na Região Nordeste e não encontramos pessoas advindas da Região Norte.

Figura nº 4: Gênero
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos

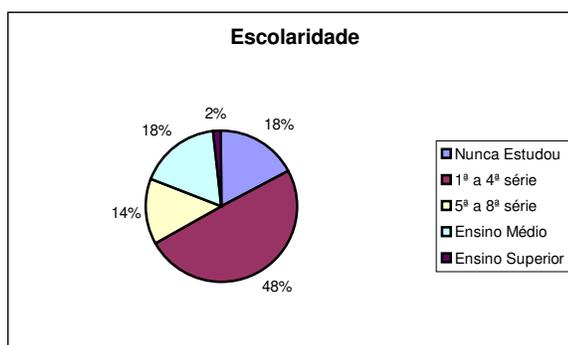


Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Feminino: 37; Masculino: 20.

No tocante ao gênero, temos que a maior parte é constituída por mulheres, o que equivale a 65%, e o restante – 35% – compõe-se de homens.

**Figura nº 5: Grau de Escolaridade
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos**

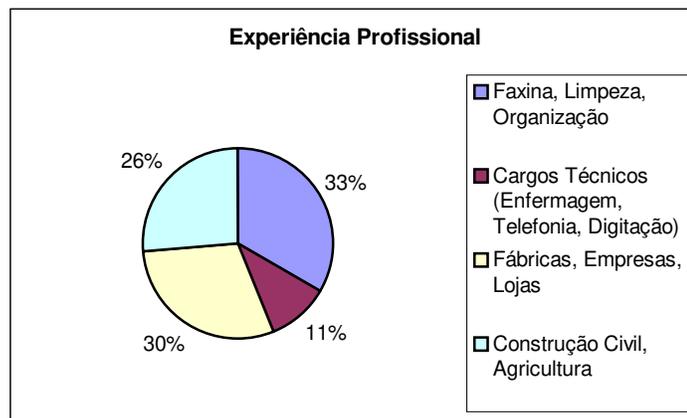


Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Nunca estudou: 10; 1ª a 4ª série: 28; 5ª a 8ª série: 8; Ensino Médio: 10; Superior: 1.

Se considerarmos o grau de escolaridade, perceberemos que a grande maioria dos trabalhadores pesquisados (48%) encontra-se nas primeiras séries do Ensino Fundamental, não ultrapassando a 4ª série; em segundo lugar, encontramos um empate entre os que nunca estudaram e aqueles que cursaram o Ensino Médio, o que equivale a 18% do total, e 14% deles cursaram o segundo ciclo do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Por último, temos apenas uma pessoa que cursou o Ensino Superior.

Figura nº 6: Experiência Profissional
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos

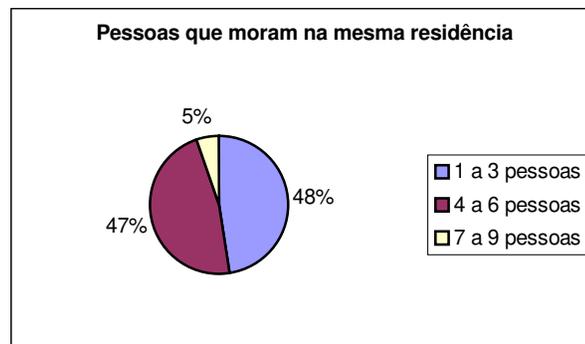


Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Faxina, limpeza, organização: 19; Cargos técnicos (Enfermagem, Telefonia, Digitação): 6; Fábricas, empresas, lojas: 17; Construção civil, Agricultura: 15.

Em relação à experiência profissional desses trabalhadores, temos 33% com experiência em faxina, limpeza e organização em geral; 30% já trabalharam em fábricas, empresas, lojas ou algo do ramo; 26% vieram da construção civil ou da roça e, por fim, a minoria – 11% – teve experiência em cargos mais técnicos.

Figura nº 7: Pessoas que moram na mesma residência
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos

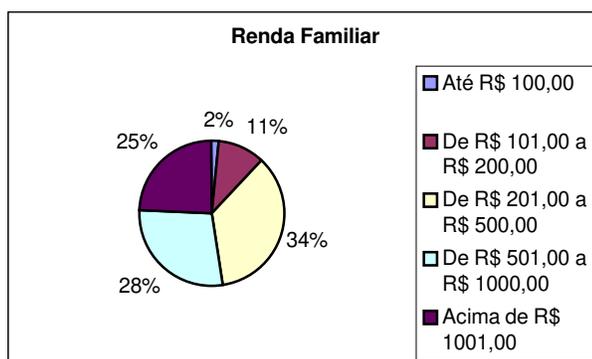


Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

1 a 3 pessoas: 27; 4 a 6 pessoas: 27; 7 a 9 pessoas: 3.

Como podemos perceber, há um empate entre os trabalhadores que moram sozinhos ou com até duas pessoas e aqueles que dividem a residência com três a cinco pessoas. E uma pequena porcentagem – 5% – vive com uma quantidade maior de pessoas.

Figura nº 8: Renda Familiar
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos

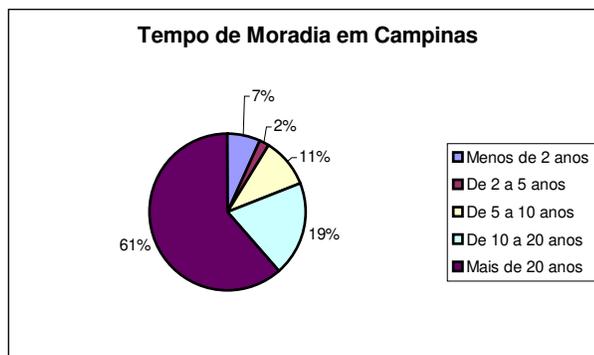


Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Até R\$ 100,00: 1; De R\$ 101,00 a R\$ 200,00: 6; De R\$ 201,00 a R\$ 500,00: 20; De R\$ 501 a R\$ 1.000,00: 16; Acima de R\$ 1.000,00: 14.

Dos 57 cooperados estudados, temos que 2% deles possuem uma renda familiar de até R\$ 100,00; 11% possuem uma renda equivalente à faixa de R\$ 101,00 a R\$ 200,00; a maior porcentagem (34%) vive com uma renda de R\$ 201,00 a R\$ 500,00; ainda temos que 28% deles vivem com uma renda que varia de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e 25% deles vivem com suas famílias com uma renda acima de R\$ 1.000,00.

Figura nº 9: Tempo de Moradia em Campinas
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos

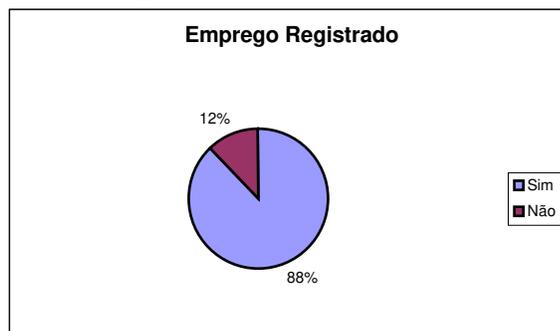


Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Menos de 2 anos: 4; 2 a 5 anos: 1; 5 a 10 anos: 6; 10 a 20 anos: 11; Mais de 20 anos: 35.

Em relação ao tempo de moradia em Campinas, a grande maioria desses trabalhadores (61%) mora na cidade há mais de 20 anos; em segundo lugar, temos um grupo de cooperados que residem em Campinas há um período de 10 a 20 anos (19%) e 11% que vivem na cidade há um período de 5 a 10 anos.

Figura nº 10: Emprego Registrado
Cooperativas Populares – Campinas
Cooperados acima dos 50 anos



Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Sim: 50; Não: 7.

A maioria – 88% – dos trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos já teve experiência de trabalho registrado e apenas 12% deles nunca trabalharam com carteira assinada.

Do retrato socioeconômico acima exposto, podemos apreender que do total de pessoas atendidas nas cooperativas populares estudadas, 21% são pessoas acima de 50 anos.

A grande maioria é do sexo feminino, 65%.

A escolaridade dessas pessoas é de 48% nas primeiras séries do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e ocorre um empate de 18% entre aquelas que nunca estudaram e aquelas que cursaram até o Ensino Médio.

A grande maioria dos participantes nasceu na Região Sudeste, 59%, e em segundo lugar encontramos 28% de cooperados advindos da Região Nordeste. Não há pessoas da Região Norte.

Encontramos um empate entre os trabalhadores que moram sozinhos ou com até duas pessoas e aqueles que dividem a residência com três a cinco pessoas. Cinquenta e quatro entrevistados estão nesta condição, sendo 27 na primeira circunstância e 27 na segunda.

A renda familiar que mais se destacou foi na faixa de R\$ 201,00 a R\$ 500,00 (34%); 28% têm renda de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00.

A grande maioria dos participantes, 69%, vive em Campinas há mais de 20 anos.

Na experiência profissional, os trabalhos mais encontrados foram: limpeza, faxina e organização em geral, com 33% das respostas, e 30% para serviços em fábricas, empresas e lojas.

Grande parte deles já fez parte do mercado de trabalho formal, trabalhando com carteira assinada – 88%.

Em relação aos bairros de moradia, as cooperativas estão espalhadas por toda a cidade de Campinas, nas suas 14 Administrações Regionais e mais dois subdistritos, Barão Geraldo e Nova Aparecida.

CAPÍTULO 3: HISTÓRICO DAS COOPERATIVAS INCUBADAS PELA ITCP-UNICAMP

A segunda parte desta pesquisa tem como objetivo identificar quais as representações sociais que os cooperados e cooperadas com idade igual ou superior a 50 anos têm deles e do próprio trabalho dentro das cooperativas; conseqüentemente, acreditamos que identificaremos os anseios e necessidades que levam tais cooperados e cooperadas a buscarem o trabalho nesse sistema alternativo de produção.

Para tanto, selecionamos as cooperativas incubadas pela ITCP-Unicamp; essa escolha se justifica pelo fato de a pesquisadora ser monitora dessa Incubadora e, portanto, já ter um contato com esses grupos, o que facilitou adentrar em seu mundo e travar um contato que pode ser o mais fiel possível à realidade. Além disso, há poucas pesquisas científicas realizadas, principalmente no tocante à questão do envelhecimento.

Neste capítulo apresentaremos o histórico e o perfil da cada cooperativa da ITCP-Unicamp para justificar, posteriormente, a escolha de dois grupos para a realização do trabalho qualitativo por meio das observações e das entrevistas com os cooperados e cooperadas com idade igual ou superior a 50 anos.

**Figura nº 11: Cooperativas e Ramo de Atividade
ITCP-Unicamp**

Nome da Cooperativa	Ramo de Atividade
CooperVida AR 8	Reciclagem de Resíduos Sólidos
Vitória	Produção de Alimentos
Barão	Reciclagem de Resíduos Sólidos
Tatuapé	Reciclagem de Entulho
CooperSonho	Artesanato
Bomsucesso	Reciclagem de Resíduos Sólidos
CooperMimo	Costura
Renascer	Reciclagem de Resíduos Sólidos

Fonte: Wanda Patrocínio – Cooperativas Populares: Representações sociais, trabalho e envelhecimento – 2005.

Havia mais três cooperativas: Cooperpet (Granulação de PET), mas com a demora do processo em sair o barracão, as pessoas arranjam outros trabalhos; e Gramdevi (Deficientes Visuais) e CooperSurdos (Deficientes Auditivos), cujos integrantes desistiram de formar uma cooperativa, pois perderiam o benefício da aposentadoria.

Nessa parte do estudo, realizamos um levantamento quantitativo das oito cooperativas listadas anteriormente, com o objetivo de conhecê-las mais profundamente através do histórico de cada grupo e dos dados estatísticos de cada cooperado.

No histórico, levantamos as seguintes informações:

- Qual o ramo de atividade que exercem?;
- Como se deu a formação do grupo? De quem partiu a iniciativa?;
- Quando isso ocorreu?
- Há articulações com outras cooperativas ou movimentos sociais?;
- Quantos membros fazem parte do trabalho? Desses, quantos estão na faixa etária de 50 anos e acima?

A seguir, apresentamos cada uma das oito cooperativas.

CooperVida – AR 8

Essa cooperativa está situada no Parque da Figueira, Administração Regional 8 e o ramo de produção é Reciclagem de Resíduos Sólidos.

O grupo surgiu da Proposta de Cooperativismo da Prefeitura Municipal de Campinas. O administrador dessa Regional abriu um cadastro para pessoas interessadas em montar cooperativa na área de materiais recicláveis. O grupo começou participando de um Curso de Cooperativismo no final de 2001 com pessoas da própria Prefeitura. Segundo o administrador da Regional 8, com a chegada dos cursos da ITCP-Unicamp eles aprenderam a gerir o próprio negócio, a lidar administrativa e tecnicamente com o empreendimento.

A Prefeitura Municipal de Campinas, a princípio, forneceria o terreno e o material para construir o barracão, depois haveria uma negociação para solucionarem como a cooperativa arcaria com essas despesas.

Eles participaram da assinatura do Convênio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares junto à Prefeitura, com o prefeito Toninho, às vésperas de seu assassinato, em

setembro de 2001. No início havia em média 60 pessoas, mas, com os problemas de localização e construção do barracão, várias conseguiram um trabalho temporário e deixaram a cooperativa.

Eles acreditam que o assassinato do prefeito Toninho contribuiu para atrasar a construção da Cooperativa. Inicialmente, o administrador da Regional 8 cedeu um terreno grande na AR 8 que teria um espaço para construção da cooperativa, mas o pessoal do bairro fez um abaixo-assinado e sem conseguir chamar as pessoas para uma conversa, o secretário de Desenvolvimento da época resolveu procurar outro lugar. Nesse outro local eles também tiveram problemas, pois houve uma diretora de escola que mobilizou a população e fez abaixo-assinado.

Os responsáveis por esse assunto junto à Prefeitura Municipal de Campinas resolveram diminuir o tamanho do projeto de construção do barracão. Nessa época houve a mudança de secretário e este liberou uma verba para a construção de um barracão mais modesto. Com essa verba eles já adquiriram o material básico: areia, pedra, tijolo, cimento e ainda poderão fazer o acabamento, telhado e madeiramento. Atualmente, o prédio está em fase de construção, mas por conta da morosidade ora burocrática ora política, os cooperados estão bastante desestimulados.

Os cooperados da CooperVida fizeram um estágio de dois meses em uma cooperativa de Reciclagem (CooperBarão), participam das reuniões na Prefeitura Municipal de Campinas e possuem uma articulação forte com as lideranças da Igreja local, que pretendem realizar uma campanha junto aos fiéis para guardarem o material reciclável para a cooperativa. Além disso, possuem uma certa ligação com as Sociedades Amigos de Bairro e com o Conselho de Saúde.

Atualmente essa cooperativa conta com oito cooperados; desses, temos que a metade, ou seja, quatro pessoas, possuem idade igual ou acima de 50 anos. Desses quatro, duas são mulheres e dois são homens. Em relação à escolaridade dos quatro cooperados, todos só cursaram as primeiras séries do Ensino Fundamental, não passando da 4ª série.

A atividade profissional anterior deles foi relacionada a faxina, trabalhar na roça, em fábrica e como pedreiro. Os quatro nasceram em estados da Região Sudeste. Três deles moram com mais três a cinco e um deles reside sozinho.

Em relação à renda familiar, um deles possui uma renda que varia de R\$ 101,00 a R\$ 200,00; outro vive com uma renda familiar que varia de R\$ 201,00 a R\$ 500,00 e dois deles ficam na faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00. No tocante ao tempo que esses cooperados já vivem em Campinas, temos que um está na cidade há um período de 10 a 20 anos e os outros três já estão no município há mais de 20 anos.

Todos já tiveram emprego registrado e atualmente moram no mesmo bairro da Cooperativa ou próximo a ela.

Cooperativa Vitória

Esta cooperativa está situada no Centro de Campinas e seu ramo de atuação é Produção de Alimentos.

A proposta inicial do prefeito de Campinas era de que as cooperativas de produção de alimentos trabalhassem na merenda escolar das escolas públicas de Campinas, acabando, assim, com a terceirização desse serviço. Por isso, havia quatro Administrações Regionais envolvidas (AR 6, AR 8, AR 10 e AR 12).

A Cooperativa Vitória se formou a partir da unificação de quatro cooperativas (Força e Esperança, Criativa, Reunidas e Vitória) em 2001, com mais de 500 pessoas no início. Com a morte do prefeito, as cooperadas relatam que acabou o sonho de todas as pessoas envolvidas no Projeto de Cooperativismo. A partir daquele momento, houve muito desgaste e, para não acabar definitivamente com o projeto, elas resolveram se unir em apenas um grupo, pois muitas pessoas desistiram.

Como houve uma junção dos grupos, elas precisavam decidir qual nome ficaria, pois havia pessoas das quatro cooperativas anteriores, então, elas realizaram um sorteio e o nome vencedor foi o da Vitória.

No início elas trabalhavam com produção de alimentos no restaurante, fornecendo tanto marmitex quanto comida tipo *self-service* no local e, também, trabalhavam com produção e organização de *buffets* para eventos. O movimento do restaurante não foi suficiente para que elas o mantivessem aberto e hoje elas fornecem apenas trabalho para a realização de eventos.

As cooperadas possuem articulação com as cooperativas de reciclagem e com mais duas de alimentos, que surgiram depois. Segundo a atual presidente, elas procuram se reunir sempre com essas cooperativas de alimentos para realizar eventos em conjunto, tipo feiras, para que o Projeto de Cooperativismo na área da alimentação não morra.

O imóvel onde se encontra o restaurante é alugado e esse aluguel é financiado pela Prefeitura Municipal de Campinas, porém já faz alguns meses que pararam de pagar e as cooperadas precisam sair de lá. Por outro lado, continuam nesse espaço enquanto não conseguem outro para levar o maquinário do restaurante.

Elas realizaram uma parceria com o Hospital Cândido Ferreira para fornecimento de almoço e janta para os internos, passaram por uma experiência de seis meses, que não foi efetivada posteriormente.

Atualmente, elas lutam para se manter como grupo, mesmo com a dificuldade financeira e de serviço e o que vai determinar a continuidade ou não desse grupo é a entrada da nova gestão na Prefeitura Municipal de Campinas: se essa gestão continuar apoiando o Projeto de Cooperativismo na cidade, elas continuarão o trabalho, do contrário, pretendem fechar as portas da cooperativa.

Enquanto não se tem isso definido, elas contam com seis cooperadas, todas mulheres e apenas uma está na faixa etária acima de 50 anos.

Essa cooperada está cursando o supletivo do Ensino Médio, sua experiência profissional foi como baleira na Doces Campineira, auxiliar de enfermagem e com limpeza. Nasceu no Estado de São Paulo e em sua residência moram mais seis pessoas, cuja renda familiar fica em torno de R\$ 201,00 a R\$ 500,00. Ela já está em Campinas há mais de 20 anos, já teve emprego de carteira assinada e, atualmente, mora no bairro DIC I.

CooperBarão

Esta cooperativa está situada no Bairro Real Parque, subdistrito de Barão Geraldo, e seu ramo de atuação é Reciclagem de Resíduos Sólidos.

As primeiras reuniões ocorreram no final de julho de 2001 através de uma idéia da Prefeitura de Campinas e do Movimento Eclesial de trabalhar com cooperativismo na cidade; essa idéia foi divulgada pela região e, com isso, os grupos para formação das cooperativas começaram a surgir; a proposta era juntar grupos de pessoas interessadas em cada região.

Antes de montar a Cooperativa Barão, eles passaram por um estágio de um mês no Departamento de Limpeza Urbana (DLU) junto com um grupo de pessoas do Vila Nova. A princípio, esses dois grupos trabalhariam juntos no DLU, mas houve alguns problemas internos e eles se separaram, cada um foi montar uma cooperativa em suas regiões específicas.

Após diversas reuniões que ocorriam na subprefeitura de Barão Geraldo, algumas pessoas, que já haviam decidido trabalhar com reciclagem/triagem de resíduos, resolveram alugar um terreno, assumindo o pagamento do aluguel, para começarem o trabalho. Durante um ano e dois

meses eles próprios pagaram esse terreno e a Prefeitura apenas construiu uma cobertura no local; durante dois meses a proprietária do terreno cedeu-o gratuitamente para o grupo. Porém, as pessoas do bairro não queriam aceitar a cooperativa naquele local e colocaram fogo em alguns materiais do grupo.

O trabalho atualmente é realizado em um novo barracão coberto, cujo aluguel é pago pela Prefeitura e a cooperativa alugou um terreno aberto ao lado que é pago pelos próprios integrantes. Atualmente, o aluguel do barracão está atrasado e a proprietária só renovará o contrato caso a Prefeitura pague esses aluguéis; isso tem gerado muitas incertezas no trabalho da cooperativa. Por outro lado, os cooperados estão mais unidos e mais decididos sobre o que fazer, mas ainda existe clima de desconfiança entre as pessoas e, também, com o poder público.

Do material recebido, há um rejeito²⁰ de 40%, problema que se localiza na separação do lixo que é realizada nas residências. Acreditam que é necessário melhorar o sistema de coleta desenvolvido pela Ecocamp²¹ e, também, realizar uma campanha na comunidade de educação para a seleção de resíduos sólidos a cada três meses.

Alguns membros da cooperativa participam de reuniões no DLU que ocorrem a cada 15 dias, com outras cooperativas de reciclagem, referente a material e sobre problemas de cada grupo. Participam, também, de reuniões na Casa Santana que acontece de 15 em 15 dias, para tratar de problemas referentes a vendas, preços, na tentativa de formar uma rede.

Além disso, possuem uma ligação muito forte e estreita com o Movimento Sonha Barão, que ajuda com divulgação, em reuniões, e levando pessoas e grupos para conhecer a cooperativa. A CooperBarão é aberta para visitação de escolas e grupos e, também, organiza festa junina e bazar.

Essa cooperativa possui CNPJ e já está legalizada.

Atualmente essa cooperativa possui 20 cooperados, desses, quatro pessoas estão acima de 50 anos, todas do sexo feminino. A experiência profissional dessas mulheres passa pelo trabalho como margaridas²², garçonete, doméstica e faxineira.

²⁰ Material que vem junto ao material reciclável e que não pode ser aproveitado na triagem, como: restos de alimentos, seringas, fraldas, entre outros.

²¹ Empresa contratada pela Prefeitura de Campinas para realizar a coleta seletiva na região.

²² Mulheres que exercem a limpeza das ruas na cidade.

Em relação à escolaridade dessas quatro cooperadas, duas delas nunca estudaram em toda a sua vida e as outras duas cursaram apenas as primeiras séries do Ensino Fundamental, não ultrapassando a 4ª série.

Se considerarmos o local de onde essas mulheres vieram, temos que duas delas nasceram na Região Sudeste e as outras duas vieram da Região Nordeste. Em relação ao número de pessoas que vivem na mesma residência que essas mulheres, três delas dividem a casa com mais três a cinco pessoas e somente uma mora com um número maior, com o total variando de sete a nove pessoas.

Sobre a renda familiar dessas quatro cooperadas, temos que uma delas se localiza na faixa de R\$ 201,00 a R\$ 500,00, duas vivem com uma renda familiar que varia de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e outra possui uma renda acima de R\$ 1.000,00.

Dessas cooperadas, uma delas vive na cidade há um período entre 5 e 10 anos, outra reside em Campinas há um período entre 10 e 20 anos e duas delas moram no município há mais de 20 anos. Todas já tiveram emprego de carteira assinada.

O bairro de moradia é o Real Parque, o mesmo da cooperativa, para três dessas cooperadas e apenas uma delas mora mais distante, tendo que pegar ônibus para ir trabalhar: ela reside no Bairro Boa Vista.

Cooperativa Tatuapé

Esta cooperativa está situada no Bairro São Caetano e seu ramo de atividade é Reciclagem de Entulhos.

A formação da cooperativa começou em agosto de 2001, devido a uma proposta do secretário Célio Durval de Carvalho no governo do prefeito Antônio da Costa Santos. Havia um aterro em que os caçambeiros jogavam entulhos; nesse terreno trabalhavam, irregularmente, em média 100 pessoas. Em maio/junho de 2001 a Prefeitura de Campinas (via CETESB e Promotoria do Meio Ambiente) fechou essa área por constatar danos ao solo e à nascente do Ribeirão Taubaté.

O novo estatuto do grupo foi montado em agosto de 2001, mas como o processo de regularização do terreno demorou muito, os 100 trabalhadores fizeram um protesto com 38 caçambeiros em frente à Prefeitura de Campinas; nesse protesto a Prefeitura prometeu que a

regularização aconteceria dentro do prazo de 90 dias. Mas esse tempo se esgotou e eles só conseguiram abrir o Aterro Taubaté um ano e meio depois.

Com a demora desse processo, muitas pessoas foram desistindo ao longo do caminho e as que ficaram e estavam interessadas em montar a cooperativa se juntaram, somando 21 pessoas que acreditaram nessa empreitada; as outras arrumaram trabalho em outros lugares. Essas 21 pessoas conseguiram que a Prefeitura de Campinas fornecesse uma cesta básica para cada uma durante um ano e meio.

Os cursos com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares também se iniciaram em 2001; nesse meio tempo, os integrantes buscavam saídas para a estruturação da cooperativa, marcavam reunião com a prefeita Izalene Tiene e, quando a situação era grave, levavam a Imprensa por intermédio do Jornal Correio Popular.

Enquanto o aterro não era liberado, as reuniões ocorriam em uma Escola Estadual do Bairro Jardim Icaraí. Depois de inúmeras reuniões, chegou-se à conclusão de que o terreno seria aberto, mas sem infra-estrutura garantida para o aterro. Essa demanda por infra-estrutura viria do Orçamento Participativo; eles participaram de várias reuniões, mas nada foi garantido. A cooperativa começou a funcionar em junho de 2003 com licença provisória para que a Prefeitura organizasse o cronograma de obras.

Eles trabalharam por um ano nesse aterro, que foi fechado definitivamente. Atualmente, a cooperativa funciona em uma Usina Recicladora da Prefeitura Municipal de Campinas em parceria com a Sanasa. Alguns membros da Tatuapé participam de reuniões quinzenais dentro da Secretaria de Desenvolvimento com uma cooperativa de jardinagem e outra que fabrica tijolo ecológico. Além disso, o atual presidente convidou uma assistente social da área da saúde para realizar um trabalho junto aos cooperados. A Tatuapé já possui CNPJ e já está legalizada como cooperativa.

Atualmente possui 25 cooperados e, desses, seis estão na faixa etária igual ou superior a 50 anos. Dos seis cooperados, três são do sexo feminino e três do sexo masculino.

Em relação à escolaridade desses trabalhadores, dois deles nunca estudaram e quatro cursaram apenas as primeiras séries do Ensino Fundamental, não ultrapassando a 4ª série.

A experiência de trabalho desses cooperados foi como babá, trabalhar na roça, comércio, dona-de-casa, fazer asfalto e ajudante de telefonia. Se considerarmos o local de onde esses cooperados vieram, temos que dois nasceram na Região Sudeste e quatro na Região Nordeste.

Em relação ao número de pessoas que moram junto com esses cooperados, um deles mora apenas com um filho, outro divide a casa com mais duas pessoas, dois deles vivem com mais três pessoas e dois deles residem com mais quatro pessoas na mesma casa.

A renda familiar desses cooperados é a seguinte: dois ficam na faixa de R\$ 201,00 a R\$500,00, dois vivem com uma renda que gira em torno de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e dois possuem uma renda acima de R\$ 1.000,00.

No tocante ao tempo em que esses cooperados moram em Campinas, dois deles moram na cidade há um período de 10 a 20 anos e os outros quatro residem no município há mais de 20 anos. Dois nunca tiveram emprego de carteira assinada e quatro já trabalharam registrados.

Os bairros de moradia são Jardim do Lago II, Jardim Icaraí, Gleba, Parque Oziel e Monte Cristo.

CooperSonho

Esta cooperativa está situada no Bairro Campo Belo II e seu ramo de atuação é Artesanato.

A iniciativa partiu de um grupo de mulheres que trabalhava com fuxico e foi formado por uma líder comunitária. Começaram em agosto de 2002 através de uma idéia de uma moradora do bairro e reuniam-se na casa de uma das participantes num total de seis mulheres. A partir disso, houve um sonho dessa líder e da mulher que estava à frente da cooperativa na época, de trabalhar na confecção de bonecas. Foi através desse sonho que elas passaram do fuxico para as bonecas. Fizeram um curso do Sebrae, que deu um impulso para elas construírem uma cooperativa.

Por causa dessa idéia, elas solicitaram a formação de uma cooperativa de mulheres por meio da Coordenadoria da Mulher no Orçamento Participativo (OP) da Prefeitura de Campinas. Com a aprovação da cooperativa pela Prefeitura, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares começou a incubação em janeiro de 2003.

As cooperadas passaram por vários galpões que a líder comunitária alugava para o grupo, até que chegaram a um local que elas conseguiram comprar; compraram uma sede e estão pagando aos poucos. No início, o trabalho era apenas manual, através dos fuxicos²³; logo depois,

²³ Tipo de produção realizada com retalhos de tecidos.

uma das cooperadas ganhou uma máquina usada de uma loja e as outras cooperadas levaram máquinas emprestadas ou próprias.

O carro-chefe da cooperativa foi um projeto da Prefeitura de Campinas na produção de bonecas. Além disso, ministraram oficina no CEFORMA II para a Rede Municipal de Ensino no período de setembro a novembro de 2003 e no primeiro semestre de 2004.

Elas trabalham com 13 máquinas, sendo que três são propriedade da cooperativa (levadas pelas próprias cooperadas) e as outras 10 foram doação da Singer e as pessoas responsáveis por essa área na Prefeitura Municipal repassaram para elas.

Além das bonecas, elas trabalham com inúmeros produtos artesanais, como roupas, bolsas, aplicações em roupas, fuxico em geral, crochê, ímãs de geladeira, trabalho com meia de seda e diversos modelos de bonecas. Elas ainda não montaram o estatuto e não possuem registro, pois ainda não têm condições de pagar os impostos.

As cooperadas possuem articulação com a Associação do Bairro onde a cooperativa está localizada; recebem apoio da Prefeitura e do Orçamento Participativo.

Atualmente essa cooperativa conta com dez cooperadas e encontramos apenas uma mulher com idade acima de 50 anos; a escolaridade equivale às primeiras séries do Ensino Fundamental, não ultrapassando a 4ª série; sua experiência profissional foi como cabeleireira, manicure, doceira, cozinheira e operadora de Caixa. Nasceu no Estado da Bahia, vive com mais duas pessoas, a renda familiar fica na faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00. Reside em Campinas há um período de cinco a dez anos e, atualmente, mora no bairro Campo Belo II. Nunca teve emprego de carteira assinada.

Bomsucesso

Esta cooperativa está situada na Vila Padre Anchieta, subdistrito de Nova Aparecida, e seu ramo de atuação é Reciclagem de Resíduos Sólidos.

A história da cooperativa começou em 2001 a partir da subprefeitura, dos agentes de saúde e, também, de alguns moradores do bairro que trabalhavam no Aterro Sanitário de Hortolândia e tiveram que parar de trabalhar, pois o mesmo foi fechado aos coletores. Tais pessoas, especialmente Dona Cecília e Aparecida Tobias, já tinham conhecimento dos planos do prefeito de Campinas de montar cooperativas e resolveram buscar maiores informações sobre

isso. Por outro lado, havia um senhor chamado Seu Artur que já mexia com reciclagem e associativismo. Essas pessoas se encontraram e se uniram para montar o grupo.

As reuniões começaram com a Prefeitura de Campinas e com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp, através de cursos de formação em cooperativismo, no início de 2003.

O subprefeito de Nova Aparecida localizou um espaço para funcionar como barracão da Cooperativa. Eles começaram com 30 pessoas se reunindo na subprefeitura.

Atualmente, eles possuem uma parceria com a Cooperativa Barão no Projeto Mantas: aproveitamento do alumínio das embalagens “longa-vida” pós-uso para proporcionar conforto térmico através de mantas para subcoberturas.

Como maquinário, eles possuem uma esteira e uma prensa que são empréstimos da Prefeitura Municipal de Campinas.

A Bomsucesso conta com 14 cooperados, sendo que apenas duas pessoas têm idade acima de 50 anos.

São duas mulheres, com escolaridade relativa às primeiras séries do Ensino Fundamental (1ª a 4ª). A experiência profissional delas é como doméstica e trabalho em firmas. As duas nasceram na Região Sudeste.

A renda familiar delas fica em torno de R\$ 101,00 a R\$ 500,00, uma fica na faixa de R\$ 101,00 a R\$ 200,00 e a outra R\$ 201,00 a R\$ 500,00. Uma delas reside em Campinas há um período de 10 a 20 anos e a outra já está na cidade há mais de 20 anos. Ambas já tiveram emprego de carteira assinada. Uma mora no Bairro Conceição (Hortolândia) e a outra mora no próprio bairro da cooperativa.

CooperMimo

Esta cooperativa está situada no Bairro Vila Mimososa e seu ramo de atuação é Costura.

Isaura (atual presidente) participou de algumas aulas do Projeto Educativo de Integração Social (PEIS) coordenado pela professora dra. Sônia Giubilei. Em uma dessas aulas, discutiam-se projetos e surgiu a idéia de montar uma cooperativa, pois alguns professores do PEIS poderiam ministrar aulas sobre cooperativismo. Além disso, dois anos antes (2000) Isaura já havia tentado montar uma cooperativa com sua irmã, mas que não deu certo por falta de cooperadas.

Ela, então, procurou algumas costureiras para formação de um grupo. No início, havia 24 pessoas inscritas, mas somente 18 começaram a trabalhar dividindo o espaço.

Elas receberam orientação de um monitor da ITCP-Unicamp sobre formação de cooperativa e, também, fizeram cursos sobre cooperativismo. Em fevereiro de 2002, o assessor do secretário de Desenvolvimento da Prefeitura de Campinas procurou o grupo para incluí-lo no processo de Incubação da ITCP-Unicamp.

Atualmente, a dificuldade delas é em relação ao local de trabalho, que é muito pequeno; elas trabalham em um quartinho na casa da presidente, com pouca iluminação. As cooperadas participam de reuniões na Prefeitura Municipal de Campinas e possuem parceria em relação a maquinário com uma cooperativa do bairro Vida Nova.

A CooperMimo possui nove cooperadas (todas mulheres), sendo que cinco delas estão na faixa etária igual ou superior a 50 anos e quatro delas têm menos que 50 anos.

Nessa cooperativa há quatro cooperadas com nível de escolaridade no Ensino Médio e apenas uma encontra-se nas primeiras séries do Ensino Fundamental.

A experiência profissional delas relaciona-se com cozinha industrial, ajudante de confecção, dona de bar, dona-de-casa e costura. No tocante ao local de nascimento, duas nasceram na Região Sudeste, duas vieram da Região Sul e uma nasceu na Região Nordeste.

Três delas dividem a casa com mais duas pessoas, uma delas mora com mais três pessoas e uma delas reside com mais quatro pessoas na mesma casa. Em relação à renda familiar, temos que duas delas possuem renda na faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e as outras três vivem com uma renda familiar acima de R\$ 1.000,00.

Duas delas vivem em Campinas há um período de 10 a 20 anos e três já estão na cidade há mais de 20 anos. Todas já tiveram emprego com carteira assinada.

Três delas moram no mesmo bairro em que a cooperativa está situada, Vila Mimosa, uma mora no bairro Novo Jardim Campos Elísios II e outra reside no Jardim do Lago.

Renascer

Esta cooperativa está situada no Bairro Ouro Verde, Administração Regional 12 e seu ramo de atuação é Reciclagem de Resíduos Sólidos.

O histórico foi narrado pela líder do grupo que faz parte da cooperativa desde início de 2003 e, também, por outra cooperada que está na cooperativa desde meados de 2001. Para formação do grupo, as pessoas tiveram que passar por um curso de cooperativismo que foi incentivado pelo administrador da Regional 12.

A líder relatou que há muitos obstáculos, há muita rotatividade de participantes na cooperativa e entre os monitores da ITCP, há dificuldade de acertarem dias e horários de reuniões. Além disso, passaram por vários entraves em relação ao local de trabalho, às vezes os funcionários responsáveis da Prefeitura de Campinas diziam que alugariam um barracão ou diziam que cederiam o terreno para eles construírem o local.

A situação atual é a seguinte: a Prefeitura Municipal de Campinas cedeu um terreno para o barracão da cooperativa. A construção será realizada por alguma empresa contratada pela Prefeitura via licitação; no momento, os cooperados esperam os trâmites burocráticos quanto à escolha da empresa. O atual secretário de Desenvolvimento diz que eles já possuem maquinário (prensa e esteira) e os equipamentos de segurança individual (botas, capacetes, luvas), porém esse material só poderá ser entregue à cooperativa quando eles tiverem algum local próprio; como ainda não é o caso, os cooperados tentam deixar esse equipamento provisoriamente em uma outra cooperativa de reciclagem incubada pelo CRCA.

Atualmente, são 23 os cooperados. Desse total, nove cooperados estão na faixa etária igual ou superior a 50 anos. Dos nove, cinco são do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Em relação à escolaridade, há uma grande diversidade entre os cooperados com 50 anos ou mais: três deles nunca estudaram, dois cursaram apenas as primeiras séries do Ensino Fundamental, dois cursaram a segunda fase do Ensino Fundamental (que corresponde a terem cursado da 5ª à 8ª série), um possui o Ensino Médio e esta cooperativa é a única em que encontramos uma pessoa acima de 50 anos com nível de escolaridade de Ensino Superior.

A experiência profissional dessas pessoas é bastante variada: metalurgia, auxiliar de limpeza, comércio, motorista, digitação, doméstica, auxiliar de laboratório, agente administrativo e professora.

A maioria dessas pessoas (seis delas) nasceu na Região Sudeste, duas vieram da Região Nordeste e uma nasceu na Região Sul. Dos cooperados analisados, cinco deles moram com mais uma ou duas pessoas e quatro cooperados somam em sua residência um total de quatro a seis pessoas vivendo juntas.

A renda familiar desses cooperados também é bastante variada, sendo que um deles vive com uma renda de até R\$ 100,00, um fica na faixa de R\$ 101,00 a R\$ 200,00, quatro sobrevivem com uma renda que varia de R\$ 201,00 a R\$ 500,00 e três deles possuem uma renda acima de R\$ 1.000,00.

A grande maioria, oito cooperados, vive em Campinas há mais de 20 anos e apenas um reside na cidade há um período de 10 a 20 anos. A grande maioria, oito cooperados, já passou pelo mercado de trabalho formal com emprego de carteira assinada e apenas um não teve esse tipo de experiência.

Os bairros de moradia são: 5 de Março, Jardim Melina, Jardim São Cristóvão, Núcleo Residencial Santos Dumont, DIC I, Jardim Ouro Verde, Residencial São José e Jardim São Pedro/Viracopos.

Por meio do histórico de cada grupo e das discussões realizadas nos capítulos anteriores, pudemos perceber que o ideal do movimento cooperativista em Campinas é muito relevante para a construção de uma sociedade mais igualitária; por outro lado, os dados concretos nos mostram uma realidade não tão bonita quanto o que seria o ideal. Percebemos que a falta de apoio do Poder Público poderá levar ao fechamento de algumas cooperativas; que, por vezes, a Prefeitura Municipal de Campinas, por meio dos secretários envolvidos nesse projeto, não cumpriu com suas promessas em relação aos grupos e que, principalmente, várias cooperativas funcionam de modo precário, sem uma infra-estrutura mínima adequada para o trabalho.

CAPÍTULO 4: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, TRABALHO E ENVELHECIMENTO EM DUAS COOPERATIVAS – UMA COMPARAÇÃO.

Neste capítulo realizaremos um estudo comparativo entre duas cooperativas previamente selecionadas. Para tanto, em primeiro lugar, apresentaremos os critérios de seleção para escolha de dois grupos; em um segundo momento discutiremos a questão do modo de trabalho em cada uma delas; no terceiro subcapítulo trataremos da escolaridade e educação não formal de maneira comparativa; no quarto subcapítulo analisaremos o envelhecimento no mundo do trabalho e fecharemos este capítulo trazendo as representações sociais sobre a velhice no universo analisado.

4.1 Seleção das cooperativas para realização da comparação

Após delineamento de cada cooperativa no capítulo anterior, selecionamos duas delas para realizar o trabalho de campo através da observação participante e das entrevistas com os cooperados com idade igual ou superior a 50 anos. Os critérios para escolha dessas duas cooperativas foram os seguintes:

- O primeiro foi que a cooperativa já estivesse em funcionamento, para que realmente adentrássemos no mundo do trabalho;
- O segundo critério foi escolher as cooperativas que possuíssem maior número de cooperados na faixa etária desejada;
- E o terceiro foi que elas atuassem em ramos de atividades diferentes.

Explicitados os critérios de seleção, sigamos na escolha a partir do histórico de cada cooperativa. Sendo assim, as cooperativas CooperVida e Renascer foram excluídas, pois ainda estão em processo de formação e construção do barracão para trabalharem.

Restaram-nos, então, Vitória, Barão, Tatuapé, CooperSonho, Bomsucesso e CooperMimo.

As cooperativas que atendem ao segundo critério em ordem de quantidade são: Tatuapé (seis cooperados) e CooperMimo (cinco cooperadas). Já aqui encontramos as duas cooperativas que fizeram parte da segunda fase da pesquisa, pois trabalham em ramos de atividades diferentes, sendo Reciclagem de Entulhos e Costura, respectivamente.

Ficamos em trabalho de campo por três fases em cada cooperativa. Na primeira fase, realizamos a observação participante para entrosamento, reconhecimento do grupo e criação de relações de confiança; essa fase durou de dois a três dias, em períodos variados (manhã ou tarde) ou o dia inteiro.

Para a coleta de dados da segunda fase foi utilizada a entrevista semi-estruturada, como técnica especialmente recomendada ao estudo de representações, em que a “natureza qualitativa dos dados inclui descrições e citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos” (RANGEL, 1998, p. 114). As entrevistas com os participantes com idade igual ou superior a 50 anos foram baseadas em dez questionamentos:

- * História de vida: foi solicitado ao depoente que escolhesse alguns fatos marcantes em sua vida, que poderiam ter sido bons ou não, mas que, de certa forma, foram importantes na vida dessa pessoa, tanto no lado pessoal, familiar, quanto no lado profissional, de trabalho.
- * Trajetória até chegar à cooperativa: foi solicitado ao participante que contasse um pouco da trajetória que o levou até a cooperativa.
- * A escolha do trabalho: perguntamos aos cooperados o que os levou a buscar o trabalho na cooperativa.
- * Anseios/Necessidades: o que cada um deles poderia considerar como seus principais anseios e necessidades naquele momento da vida.
- * Relação com o trabalho: como enxergavam/percebiam o próprio trabalho dentro da cooperativa.
- * Discriminação: a percepção dos depoentes nas formas de tratamento; sensação de valorização pelos outros? Como? Por quê?
- * Motivação: o que os mantinha na cooperativa? Prazer no trabalho? Elevação da auto-estima? Sentimento de utilidade? Retorno financeiro?
- * Saúde e doença: doenças e queixas mais comuns; se possuíam muitos gastos com remédios e como se cuidavam.
- * Atividades e lazer: o que cada depoente costumava fazer fora do trabalho durante a semana e nos finais de semana. Como era a sua rede de sociabilidade, apenas intrafamiliar ou extrapolava a família? A religiosidade estava presente? Quais eram os âmbitos da educação não formal na vida de cada um deles?
- * Passar do tempo: como cada um percebia o passar do tempo, o passar dos anos, o ganhar idade, o envelhecimento? Expectativas sobre o futuro.

Tais questionamentos objetivaram auxiliar nas entrevistas com os cooperados e, também, para reflexão nos momentos de observação participante e nas análises advindas do universo estudado.

E, na última fase, continuamos as observações com o intuito de compará-las ao discurso dos participantes com a realidade observada. Além disso, realizamos algumas entrevistas informais com os cooperados com idade abaixo de 50 anos para enriquecimento no momento de análise dos dados. De acordo com Leme (1993, p. 53), “os processos de elaboração e comunicação das Representações Sociais só podem ser notados nas relações entre grupos e entre indivíduos”.

As observações foram devidamente registradas em diário de campo e as entrevistas gravadas em fitas e depois transcritas para compor o material de análise que foi apoiado na fundamentação teórica explicitada no segundo capítulo.

4.2 Tatuapé e CooperMimo: como se dá o trabalho em cada uma delas?

Neste tópico apresentaremos como se dá o processo produtivo, a divisão do trabalho e as relações sociais que permeiam a Tatuapé e a CooperMimo.

4.2.1 A reciclagem de entulhos – Cooperativa Tatuapé

Funcionamento da Usina Recicladora da Prefeitura Municipal de Campinas em parceria com a Sanasa e com a Cooperativa:



Foto 1: Chegada do Caçambeiro



Foto 2: Despejo do entulho

O caçambeiro chega à portaria da Usina (Foto 1)²⁴, na qual existe uma fiscal da cooperativa e um fiscal da Usina. A fiscal anota o tipo de material que chega na caçamba e o fiscal sobe na caçamba para conferir o material que o caçambeiro está trazendo e encaminha-o para o local onde será despejado o entulho (Foto 2); as caçambas vêm das seguintes cidades da Região Metropolitana de Campinas: Campinas, Souzas e Hortolândia, e entram na Usina em média 160 caçambas por dia.

Há três tipos de despejo: local 1 – onde se despeja o material que vem com mais blocos/tijolos (Foto 3); local 2 – onde se despeja o entulho mais sujo, ou seja, mais misturado com lixo e rejeitos (Foto 4); e, por último, local 3 – o entulho mais limpo (Foto 5). Os cooperados ficam divididos em grupos nos diferentes locais.

O presidente separou os grupos por afinidades, ou seja, os grupos foram constituídos conforme a afinidade entre os membros e não pela habilidade de cada um, a não ser no grupo de separação, que são duas pessoas que entendem mais sobre cada tipo de material.

No Grupo 1, ele colocou pessoas com afinidade, responsabilidade e compromisso; trabalham no local 1. No Grupo 2, as pessoas que trabalham no local 3, um lugar que precisa ser mais cuidado, ou seja, pessoas com afinidade, mas com capacidade em realizar a tarefa com atenção. No Grupo 3, os cooperados escolheram este local, pois gostam de realizar a separação do material. São marido e mulher e trabalham na separação de materiais específicos (Foto 8). Por fim, no Grupo 4, encontram-se pessoas que não necessariamente se dão bem, mas por ser uma área maior de trabalho, eles não precisam ficar muito próximos; trabalham no local 2.

Na montanha de entulho, eles separam para aproveitamento da cooperativa em vendas: papelão, plástico, madeira, ferro e outros materiais; e só ganham em cima do material que vendem, conforme os seguintes valores: Madeira – R\$ 80,00 o caminhão; Papel/Papelão – Branco – R\$ 0,25/kg; Cimento – R\$ 0,08/kg; Papelão – R\$ 0,27/kg; Plástico – PVC/PET – R\$ 0,40/kg; outros – R\$ 0,27/kg; Ferro/Sucata – R\$ 0,27/kg; Vidro – R\$ 0,08/kg; Cobre – R\$ 7,00/kg.

²⁴ As fotos das cooperativas e dos cooperados foram autorizadas pelos participantes da pesquisa. Todos assinaram um termo de consentimento de participação. Tais termos não serão colocados no apêndice, pois eles contêm o nome, assinatura e número do RG dos depoentes, no intuito de preservar a identidade de cada indivíduo. No apêndice, encontra-se um modelo do Termo de Consentimento.



Foto 3: Local 1



Foto 4: Local 2



Foto 5: Local 3

Os materiais que não têm destino reciclável, tipo: folhas de árvores, vidros quebrados, restos de alimentos, seguem para o Aterro Delta (local onde se dá o destino final ao lixo de Campinas). Praticamente todos os dias um ou dois caminhões recolhem o material não reciclável para levar para o Delta.

O trator despeja os entulhos em um primeiro recipiente da máquina trituradora da Usina (Foto 6), que passa por uma primeira peneira, sai daí um material mais bruto (terra e entulho), o material restante é separado em cinco braços (montanhas): as montanhas de terra e entulho são utilizadas pelas Administrações Municipais para fazer asfalto, calçadas e construções ou, e para a construção de estradas.



São feitas montanhas de entulhos, os cooperados vão recolhendo os materiais que estão mais fáceis na base e, quando a base fica limpa, o trator passa na montanha, abrindo caminho para os cooperados recolherem mais materiais (Foto 7).



Foto 7: Trator e cooperados

Há caminhões de água (tipo caminhão-pipa) que passam molhando o chão de terra para não subir muita poeira. As madeiras são empilhadas e os compradores buscam-na no local; já os materiais mais leves, os cooperados juntam em sacos grandes e carregam para perto das caçambas – há cooperados que trabalham na separação desse material (Foto 8). O trabalho é realizado a céu aberto e a Prefeitura cedeu os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – chapéus, aventais, máscaras, óculos, luvas e botas.



Foto 8: Separação de materiais

A infra-estrutura ainda é precária, a fossa não está pronta, por isso, eles não possuem acesso fácil a banheiro, nem água potável. Não há luz elétrica, nem cozinha, eles almoçam sentados no chão ou em cadeiras improvisadas. Há um local provisório para descanso com um sofá e cadeiras que, provavelmente, vieram nas caçambas ou caminhões. Entram às 7:00 horas, param para almoço e descanso das 12:00 às 13:00 horas e depois trabalham até 16:20 horas. Na medida do possível, fazem pequenos intervalos para beber água e descansar um pouco, mas nada sistematizado.

A pesquisadora reservou um dos dias de observação para trabalhar junto com os cooperados. Em sua opinião, é um trabalho muito exaustivo, no qual a pessoa fica sedenta por um intervalo e descanso. Por outro lado, segundo depoimentos dos cooperados, com o tempo você acostuma. É preciso ficar se policiando para não executar o serviço de maneira errada e acabar se machucando. Além disso, o uniforme é bastante desconfortável. Houve reclamações de dores e desconforto por parte dos trabalhadores: dor de cabeça, no trapézio, na lombar e de ficar com o corpo moído.

Relações sociais na Cooperativa:

Desde o início da formação desse grupo, o presidente é a mesma pessoa. Apesar de todas as dificuldades que permearam a trajetória histórica dessa cooperativa (conforme mencionado no histórico da Tatuapé), o presidente diz manter-se no cargo por consideração e preocupação com as pessoas mais velhas, que não teriam para onde recorrer em termos de trabalho, caso a cooperativa viesse a deixar de funcionar.

O grupo, em geral, ainda mantém uma postura de trabalhador assalariado, que chega de manhã, trabalha, pára para almoçar, volta a trabalhar e, no final do dia, se arruma e volta pra casa. Segundo o presidente, eles ainda não conseguiram compreender o poder que cada um possui dentro desse sistema de trabalho e, por essa não-compreensão, acabam tendo dificuldades em assumir responsabilidades, deixando tudo nas mãos do presidente e de outros do Conselho Administrativo.

Segundo Singer (2002, p. 19):

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles.

Por conta dessa postura, a divisão do trabalho não foi realizada segundo as habilidades de cada indivíduo, mas pela decisão do líder do grupo e por mais que eles tenham votado Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, essas responsabilidades ficam a cargo de poucos, mais precisamente, da figura do presidente, tanto é que muitos entrevistados o vêem como chefe/patrão.

As relações entre trabalhadores e presidente são permeadas por hierarquias, fruto tanto da postura dos cooperados, como, também, pelo próprio presidente que, de certa forma, acaba alimentando essa posição. Por mais que ele tenha exposto em sua entrevista que tenta facilitar a vida dos cooperados, que sempre passa informações para todos, a pesquisadora não presenciou reuniões do grupo nem assembleias nos momentos de observação. Além disso, as reclamações por parte dos cooperados em relação à falta de informações eram uma constante.

Além das relações internas, no âmbito das relações externas possuem uma parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho e, também, com a Sanasa para fornecimento da infra-estrutura do local, caminhões-pipa e transporte dos cooperados no primeiro ano de trabalho na Usina.

4.2.2 A costura – Cooperativa CooperMimo

Para apresentação da costura na CooperMimo realizaremos uma comparação com a cooperativa Tatuapé no tocante a vários assuntos que permeiam o trabalho nos dois grupos.

Enquanto os cooperados da Tatuapé trabalham num local extenso a céu aberto, o barracão da CooperMimo encontra-se nos fundos da casa da atual presidente. É um espaço um tanto pequeno e apertado (Foto 9) para o trabalho das nove cooperadas.



Foto 9: Barracão – Vista Geral

O trabalho na Tatuapé é um serviço precário em termos de condições estruturais do ponto de vista da saúde física, pois os cooperados carregam materiais pesados e vivem em meio a objetos que são descartados pela população. Já as cooperadas da CooperMimo realizam um trabalho mais fino, suave e limpo no sentido do tipo de material que utilizam – panos, linhas e agulhas.

Elas pegam trabalho através de pessoas e/ou empresas que as procuram. Não aceitam qualquer tipo de serviço, pois as máquinas só agüentam trabalhos mais leves. Por exemplo, não pegam costuras em jeans, couro, tecidos em relevo, ou seja, tecidos mais grossos. Enquanto elas não possuem trabalho externo, pegam tecido e fazem roupas para elas próprias comprarem e/ou venderem.

As principais atividades da cooperativa são confecção e facção de vestuário. Na facção, o contratante fornece a peça com uma parte já industrializada e a cooperativa executa as fases seguintes ou parte delas. Já na confecção, elas produzem o modelo e executam todas as fases de fabricação.

Possuem o seguinte maquinário: cinco máquinas retas industriais, duas galoneiras industriais, uma elástica industrial, uma caseadeira, uma pespontadeira, uma interloque industrial, duas overloques semi-industriais e dez máquinas caseiras. Cada máquina pode executar as seguintes tarefas:

Reta industrial e overloque semi-industrial – só fazem costura reta;

Galoneira – faz costura de duas ou três linhas (tipo barra de manga), cruza por trás ou pela frente;

Elastiqueira – só coloca elástico;

Caseadeira – faz casa para botão. A máquina caseira só faz a casa, a máquina industrial faz a casa e também corta;

Pespontadeira – faz finalização de bolso, duas linhas frente e verso.

Interloque – costura e faz acabamento ao mesmo tempo, corta tecido em excesso.

Existe a promessa de um barracão da Prefeitura Municipal de Campinas para mudança de local de trabalho da cooperativa, mas até o momento das observações da pesquisa, elas não haviam se mudado. O horário de trabalho é das 7:30 às 17:00 horas, com intervalo mais ou menos das 9:00 às 9:30 e das 15:00 às 15:30 horas e o horário de almoço é das 12:00 às 13:00 horas.

Modo de produção: A encomenda chega (encomenda esta já acertada previamente via telefone ou pessoalmente e o contratante já entrega a peça piloto com o tamanho desejado), elas recebem o material (panos, moldes, linhas), discutem como é a melhor forma de realizar a confecção daquela peça, por exemplo, uma calça de uniforme – olham cós, vincos, barras, bolsos, etc. e qual máquina é melhor de utilizar para cada momento do trabalho. Daí partem para a produção.

Em relação ao retorno financeiro de cada trabalho, elas cobram os seguintes valores por tipo de serviço: Camisetas – R\$ 0,30 por peça. Blusinha social para boutique – R\$ 1,00 a peça. Calça para uniforme – R\$ 1,60 a peça.

Diferentemente da Tatuapé, a divisão do trabalho ocorre de acordo com a capacidade de cada cooperada. Quem dita as regras são as mais experientes em costura, estas se acomodam e começam os trabalhos de produção. Por exemplo, confecção de uma calça de uniforme: elas fecham as laterais e passam para as menos experientes overlocarem. Há uma cooperada que fica mais na função de suporte e controle de qualidade.

Em relação à saúde dos cooperados, ambas as cooperativas possuem problemas, principalmente na questão de ruídos: tanto as máquinas da Tatuapé (trator, caminhão, caçambeiros) quanto as máquinas da CooperMimo (máquinas de costura) são barulhentas e os cooperados não possuem equipamento de proteção para amenizar ruídos.

Na CooperMimo, encontramos as seguintes condições:

- Visão: Das nove cooperadas, seis delas usam óculos e precisam forçar a vista para a realização do trabalho (ver exemplo na Foto 10).



Foto 10: Esforço de visão

- Mãos: um contato muito próximo com agulhas, tesouras e materiais perfurantes.
- Costas: em geral, todas cuidam da postura, as costas ficam eretas e algumas sentam em uma almofada para auxiliar a acomodação da coluna vertebral; o maior problema está na curvatura da região cervical, pois elas precisam ficar com a cabeça relativamente inclinada para baixo e/ou diagonal (Foto 11).



Foto 11: Posição da cabeça

Houve reclamação de dor nas pernas e algumas cooperadas com problema de intestino. Apesar de elas terem conhecimento quanto à necessidade de realização de paradas no serviço para alongamentos e cuidados com a saúde, muitas vezes, elas deixam de fazer isso por conta da pressão que sofrem para a entrega de encomendas dentro dos prazos estipulados pelos contratantes.

Possuem um banheiro que funciona junto com uma espécie de depósito (Foto 12), não possuem cozinha, nem pia para lavar as mãos, apenas uma torneira (elas jogam água em um balde quando precisam). As cooperadas que precisam almoçar na cooperativa, se alimentam

utilizando a máquina de costura como mesa. Possuem alguns utensílios de cozinha que ficam numa muretinha improvisada e, também, em cima de uma máquina (Foto 13).



Foto 12: Depósito – Banheiro



Foto 13: Máquina – Utensílios

Relações Sociais na Cooperativa:

A convivência com as cooperadas da CooperMimo se deu em uma fase de crise da cooperativa; todas estavam desanimadas com o grupo e com a situação de trabalho, principalmente, porque a retirada estava muito baixa e, muitas vezes, nem retirada mensal elas conseguiam alcançar.

Uma grande diferença em relação à Cooperativa Tatuapé é que nesta, segundo nossas observações e atuações, o trabalho não exige qualquer tipo de habilidade específica, é só chegar e ter um conhecimento rápido da separação dos materiais que qualquer pessoa pode executar a tarefa. Por outro lado, saber costurar exige um conhecimento mais apurado, mais prática e habilidade. Essa especificidade traz problemas para a CooperMimo, pois algumas cooperadas não sabem executar a tarefa efetivamente, o que ocasiona muitos erros de produção e, conseqüentemente, gera estresse entre as trabalhadoras.

Segundo observações e falas da presidente e de algumas cooperadas, o grupo não parece levar o trabalho a sério, algumas trabalhadoras faltam quando querem e pelos mais diversos motivos: *“Eu acho que o que elas fazem aqui, em lugar nenhum elas faziam, nem em outra cooperativa, porque aqui elas fazem o que quer, são liberadas pra sair a hora que quer, marca médico o dia que quer, tem dia que elas passaram, elas sai quase tudo num dia só, não se*

organiza (...) porque ta muito desorganizado” (Presidente, CooperMimo). Isto mostra-nos que não há uma organização em termos de potencial humano nas atividades diárias do grupo.

Por meio da Prefeitura Municipal elas, juntamente com outras cooperativas de costura e artesanato, abriram um espaço de vendas dos produtos que fica dentro do Aeroporto de Viracopos, e talvez com esse espaço, elas possam ter um melhor retorno financeiro.

Durante as observações, a pesquisadora presenciou um clima de conversas harmoniosas contraposto a um clima de tensão quando da percepção de erro na produção. Por outro lado, nas entrevistas individuais, houve muita reclamação de desgaste no trabalho e insatisfação quanto ao grupo. Todas falavam com o coração que queriam que a cooperativa desse certo, mas, de certa forma, não era isso que demonstravam no dia-a-dia de trabalho.

Podemos apurar que elas possuem aquela economia que vem do coração, segundo Quintela e Arruda (2000), o que está faltando é elas conseguirem mostrar essa vontade e amorosidade nas relações internas que permeiam o trabalho dentro da cooperativa.

4.3 Escolaridade e Educação Não Formal

Há uma diferença marcante entre as duas cooperativas analisadas no tocante à escolaridade dos cooperados. Na Tatuapé, as pessoas com idade igual ou superior a 50 anos que foram entrevistadas cursaram no máximo até a 4ª série do Ensino Fundamental, já na CooperMimo a grande maioria das entrevistadas possui o nível de escolaridade no Ensino Médio.

Essa diferença pode registrar-se, também, na escolha da atividade profissional de cada cooperativa, pois como já citado anteriormente, na cooperativa de reciclagem de entulhos, o cooperado não precisa ter qualquer tipo de habilidade específica para realização do trabalho, já na cooperativa de costura, você precisa estudar um pouco mais para compreender o serviço.

No tocante à educação, temos como premissa básica a concepção freireana. Freire (1975, p. 12) é categórico quanto a considerar a educação numa perspectiva mais abrangente do que apenas o mundo dentro da sala de aula: “a educação compreendida em sua perspectiva verdadeira, que não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo”. Em termos de educação não formal, Gohn (2001b) afirma que o objetivo principal da educação não formal é a cidadania pensada em termos coletivos. Portanto, podemos considerar a realidade estudada na presente pesquisa um campo complexo da educação.

O termo cidadania está tão em voga ultimamente que é usado por qualquer tipo de pessoa quando quer expressar um discurso voltado para o povo. Já o conceito de cidadão não pode ser visto de forma única, pois um cidadão de classe média é igual a um cidadão que mora embaixo da ponte apenas teoricamente, mas na prática sabemos que não é a mesma coisa; os direitos e deveres ficam atrelados à condição social de cada indivíduo. O significado dos grupos e das classes sociais já não é mais o mesmo, o cidadão está sendo confundido com consumidor e a cidadania está sendo tratada como mercadoria (BORGES, 2003).

Aqui temos dois casos interessantes.

O primeiro traz a questão dos direitos: um dos cooperados mais velhos da Tatuapé, que atualmente está afastado por problemas de saúde, relatou que em uma época de sua vida, trabalhava em uma empresa particular e teve algumas faltas por motivo de doença; ao voltar para o trabalho, apresentou alguns atestados e foi demitido. Na época ele não tinha conhecimento sobre seus direitos e aceitou essa situação; só mais tarde veio a saber que uma empresa não pode demitir um funcionário quando este apresenta atestado médico, mas já era tarde demais e ele não teve mais como recorrer.

O segundo caso é sobre a visão de cidadão como mero cliente do mercado, ou seja, para você ser considerado um cidadão é necessário que você possua os objetos que são amplamente apresentados pela mídia, que você tenha os bens materiais que o tornam digno. Um cooperado da Tatuapé fez questão de me mostrar a televisão que ele adquiriu nas Casas Bahia em 15 prestações: *“A única coisa de valor aqui só ela mesmo que eu comprei agora, mais nada, só ela”* (Seu Benvindo, 64 anos). Ele não tem nem um banheiro construído para realizar sua higiene diária, usa água de poço e toma banho numa espécie de amontoado protegido no lado de fora da casa, mas a televisão está lá para quem quiser ver e assistir.

O que temos de comum entre as duas cooperativas é que, em ambas, os participantes entrevistados não fazem mais parte do ensino formal, a educação da qual eles fazem parte é essa que se dá ao longo do curso da vida, segundo Gohn (2003, p. 98) é a “educação atrelada à cultura, adquirida ao longo da vida dos cidadãos”; uma das cooperadas da Mimo afirma “então, a vida dá muita experiência prática” (Dona Noemia, 66 anos, CooperMimo).

Uma constante em termos de aprendizado foram depoimentos de assistir à televisão, mais especificamente à Rede Globo e, principalmente, novelas, pois é o horário em que eles e elas já

chegaram em casa, tomaram seus banhos, jantaram e podem descansar um pouco antes de ir dormir para começar tudo de novo.

Se considerarmos o canal de maior audiência de nossos entrevistados, temos que a Rede Globo tem dispensado um certo tempo para discutir essa problemática; não cabe aqui analisar a efetividade ou não dessas iniciativas, mas apenas que elas começam a ganhar audiência televisiva. Por exemplo, em uma de suas últimas novelas – “Mulheres Apaixonadas” – tratou da questão dos maus-tratos em relação aos idosos. Atualmente, em sua novela “Senhora do Destino” tem começado a discutir o problema do Mal de Alzheimer. Além disso, no Programa Fantástico, iniciou-se uma série sobre Os Novos Velhos de nosso país.

Outro aspecto da educação que nos chamou a atenção foi a questão de passar para os filhos o que eles tiveram ou não ao longo da vida. Por exemplo, uma depoente da Tatuapé frisou que tentou dar para os filhos a educação escolar que ela não teve, que fez questão que os filhos estudassem. Já uma cooperada da CooperMimo trouxe a educação recebida pelos pais no seio familiar, dizendo que tudo que ela é hoje foi por causa da criação que ela recebeu dos pais e que tenta passar isso para suas filhas.

Em relação à trajetória educativa, existe uma diferença muito grande entre as duas cooperativas. Enquanto os depoimentos da maioria dos cooperados da Tatuapé foram muito marcados por uma educação através do trabalho, pois desde muito cedo eles já tiveram que ajudar suas famílias no trabalho e, geralmente, na roça, as cooperadas da Mimo já trouxeram uma trajetória mais voltada para a educação formal e só adentraram no mundo do trabalho quando adolescentes ou adultas.

Outro fato que, talvez, tenha sido marcante na vida de alguns cooperados foram os cursos de qualificação da ITCP-Unicamp, pois alguns trabalhadores da Tatuapé relataram como fato marcante em suas vidas os diplomas que receberam.

Por fim, em termos de escolarização formal, temos que uma das cooperadas da CooperMimo quer cursar a Faculdade de Biologia e prestará vestibular para isso, independentemente da idade que tem, segundo ela mesma afirma:

Olha, eu conseguir fazer vestibular vai ser o mundo, nossa, pra mim vai ser o prêmio, um troféu que jamais esperava receber com a idade que eu tenho, vai ser um troféu se eu passar e se eu terminar, vai ser o maior presente que eu possa ter recebido e eu pretendo, se eu conseguir, dar aula, nossa, pra mim ta como eu quero. (Dona Nena, 54 anos, Cooperativa CooperMimo)

Sabemos que no processo de envelhecimento do ser humano ocorrem algumas perdas em funções biológicas, que podem afetar a aprendizagem da pessoa que envelhece, porém, temos outras funções que realizam uma espécie de adaptação para os aspectos declinantes do organismo. Conforme ocorre o amadurecimento de cada indivíduo, as possibilidades de influências biológicas, psicológicas, sociais e culturais apresentam-se cada vez mais de forma ampla, que aumenta as possíveis maneiras de o ser humano se auto-educar (Cachioni e Neri, 2004).

Além disso, seguindo uma perspectiva de educação constituidora do ser social, Freire (1975, p. 83) nos chama a atenção para o fato de que:

O que importa fundamentalmente à educação, contudo, é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das idéias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim, o mundo da cultura e da história, que, resultando das relações homem-mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores.

4.4 Trabalho e Envelhecimento

Em sua maioria, os trabalhadores entrevistados da Tatuapé já eram catadores no Aterro Taubaté antes de esse espaço tornar-se uma cooperativa. Diferentemente da CooperMimo, em que o grupo foi formado através do convite de uma pessoa específica.

Os cooperados e cooperadas da cooperativa de reciclagem relatam a questão da pobreza e necessidade financeira como principal motivo para trabalharem na Tatuapé. Já na Mimo, apesar de elas também precisarem de uma renda, a retirada que conseguem é muito baixa e algumas dizem estar na cooperativa pelas relações sociais que lá se estabelecem, o que mostra “a importância do grupo num momento de vida em que muitas perdas podem vir a ocorrer...” (PATROCINIO, 2003, p. 220).

O que ficou muito forte em ambos os grupos é a questão de não terem outra oportunidade de trabalho devido à idade avançada, por isso, optaram por fazer parte da cooperativa: “Mais na minha idade não tem jeito de arrumar mais. Só serve pra aposentar, aposentou, saio de lá” (Seu Benvindo, 64 anos, Cooperativa Tatuapé). E isso não foi percebido somente nas duas cooperativas em estudo; quando do levantamento histórico das outras cooperativas da ITCP-Unicamp, uma líder relatou:

Essas senhoras que estão lá já têm uma certa idade, não vamos falar que é velha, velha não é, mas pra sociedade elas não servem mais, porque elas já têm

uma certa idade, não serve mais. Qual empresa vai pegar uma pessoa de 50 anos, 60 anos? Me fala, ninguém pega. (Dona Josenilda, CooperVida)

Muitas vezes, os cooperados e cooperadas até tentaram um emprego no mercado formal, mas tiveram respostas negativas que os levaram a desistir:

Porque, infelizmente, aqui no Brasil, passou de 30 anos é considerada velha e eu tive em vários lugares, que eu tenho conhecimento de muitas coisas que eu já fiz, certo? Ah, é muito bom, levei meu currículo, tal faz isso, faz aquilo, mas a gente precisa de pessoas mais novas, então foi uma ducha de água fria que me deram, daí que eu falei: O que que eu vou fazer? Ninguém me aceita pela idade, eles não vêem a experiência que a pessoa de mais idade tem. (Dona Nena, 54 anos, Cooperativa CooperMimo)

Segundo Peres (2002) a “velhice” aos 40 ou 50 anos verificada no contexto atual do mercado de trabalho é um fato, na medida em que os profissionais que atingem tal faixa de idade sofrem com a estereotipia que caracteriza a velhice. Em uma publicação recente nossa (ainda no prelo), apontamos que o critério de exclusão no mercado não é, necessariamente, a idade e sim a educação do trabalhador, que precisa satisfazer as exigências das empresas no tocante a habilidades, fluência em algum outro idioma e experiência no cargo. Com isso, os trabalhadores e trabalhadoras mais velhos que não tiveram e não têm acesso à educação ficam excluídos do mercado formal de trabalho (PATROCINIO, 2005 – no prelo). Além disso, em entrevistas informais, cooperados mais jovens, que não possuem essas habilidades e capacidades que determinadas empresas solicitam, disseram estar nas cooperativas por falta de oportunidades.

Em relação ao motivo que mantém as pessoas trabalhando nas cooperativas, encontramos um sentimento contraditório. Na Tatuapé, se por um lado temos a repulsa ao tipo de trabalho, temos também o sentimento de dignidade que o trabalho proporciona, segundo Peres (2002, p. 1): “É pelo trabalho que não só se obtém o próprio sustento, mas também que se mantém a dignidade e que se constrói a própria identidade”. Vários dos entrevistados relataram ser um trabalho árduo, sujo e difícil: “É que ali é um serviço sujo, é sujo mesmo sabe, aquelas coisas né, aquele poeirão, bicho morto, aquele barulho de máquina no ouvido da gente” (Seu Benvindo, 64 anos, Cooperativa Tatuapé). Por outro lado, relataram que acabam se acostumando com esse tipo de serviço e que se sentem felizes por ter um trabalho, por serem úteis de alguma forma.

Na CooperMimo, a contradição encontra-se no fato de elas relatarem ter entrado no grupo para ajudarem na renda familiar e essa questão econômica também tem a ver com a dignidade do trabalho:

... que era preciso trabalhar, arrumar alguma coisa assim, que ao menos eu ganhasse assim, uma coisa mais certa né, aí digo: ah, vou procurar serviço de costureira, falei pra ela, inclusive eu fui na cidade, tinha um serviço de costureira, mas sabe quando chega, que olha pra sua cara e vê a sua idade, acho que elas pensam que a gente tá caíndo aos pedaços, que a gente não vai dar conta. (Dona Noemia, 66 anos, CooperMimo)

Mas durante esses anos de luta dessa cooperativa, a retirada delas mal dá para manter a continuidade do trabalho, isso significa que elas têm levado muito pouco para suas casas, é a esperança que ainda vai dar certo que as faz continuar trabalhando:

Mas tem que lutá, sei lá, tem que ir até onde vê que dá, a hora que não der mais mesmo, que a gente vê que não tem jeito, aí junta todo mundo, vende o que conseguiu, divide, acabou, mas até que tiver uma luzinha lá no fim do túnel, tem que correr atrás e ainda dá pra ver a luz, vamos ver se nós alcança. (Dona Terezinha, 50 anos, Cooperativa CooperMimo)

A questão da dignidade nessa fase de envelhecimento pode ser explicada pela ótica da produtividade e da valorização do jovem em nossa sociedade, segundo Debert (1997): “O velho, por não se constituir em mão-de-obra apta para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela sociedade”. Nessa perspectiva, trabalhar nesse momento da vida de uma pessoa pode trazer o sentimento de realização por estar produzindo, mesmo que não tenha renda, como é o caso da CooperMimo: “Eu fico muito orgulhosa em falar: EU TRABALHO!” (Dona Eva, 55 anos).

Outro aspecto marcante em nosso estudo foi a questão do lugar de moradia em relação ao retorno financeiro; alguns entrevistados da Tatuapé esperam conseguir, por meio do trabalho, terminar a construção de suas casas próprias. Já algumas entrevistadas da CooperMimo também possuem o mesmo desejo, mas elas não falam em construção e sim em sair do aluguel e comprar uma casa própria.

No tocante ao trabalho propriamente dito, foi uma constante na Tatuapé o relato dos entrevistados de que se encontrassem um emprego registrado deixariam a cooperativa sem pensar duas vezes: “Se você arrumasse um serviço registrado, quer dizer, não por contrato, pra eu trabalhar direto, se eu achasse eu saía dacolá, agora eu saía dacolá. Aí se eu achasse, eu saía, agora eu saía” (Seu Vicente, 58 anos, Cooperativa Tatuapé).

Já na Mimo não encontramos esse tipo de situação, elas ainda mantêm uma esperança muito forte de que a cooperativa vai dar certo e que dali elas vão tirar uma renda para ajudar as próprias famílias. Segundo uma das cooperadas, elas precisam tocar a cooperativa para a frente

para ganhar dinheiro: “Nós temos que lutar pra ter alguma coisinha nossa... eu queria que fosse pra frente, o meu sonho era ganhar dinheiro, meu Deus, eu queria ganhar, pelo menos um salário, se eu trouxesse pra dentro de casa” (Dona Eva, 55 anos, CooperMimo).

Por fim, sabemos que a exclusão no trabalho não ocorre apenas por causa da idade, de acordo com Neri (2002, p. 13): “O desemprego dos adultos mais velhos e dos idosos é mais devido à falta de oportunidades educacionais e de treinamento em serviço e aos preconceitos do que ao envelhecimento em si mesmo”. E isso foi amplamente relatado por nossos entrevistados e entrevistadas, então, o que seria preciso realizar para que essas pessoas pudessem envelhecer no mundo do trabalho com dignidade? A mesma autora nos traz uma saída:

A superação de falsas crenças é fundamental para a promoção de um tratamento mais conseqüente da questão da velhice. A educação permanente de pessoas de todas as idades é o instrumento mais adequado para essa finalidade. Por meio dela, será mais provável conseguir superar não só os estereótipos sobre o idoso e a velhice, como também as práticas sociais discriminatórias em relação aos que envelhecem no ambiente de trabalho. (NERI, 2002, p. 25)

4.5 Representações Sociais e Envelhecimento

Neste subcapítulo, trataremos das representações sociais sobre o envelhecimento nas duas cooperativas populares estudadas e, também, discutiremos as condições de saúde que permeiam o processo de envelhecimento analisado. Escolhemos tratar do aspecto da saúde, pois como vimos nas pesquisas sobre representações sociais apresentadas no segundo capítulo, existe uma prevalência de representações negativas sobre essa fase da vida por conta do aparecimento de doenças e incapacidades físicas que, muitas vezes, perpassam a caminhada dos idosos e das pessoas que começam a entrar na velhice.

O sonho do ser humano é poder envelhecer com saúde e independência, que também foi percebido no âmbito desta pesquisa, segundo Neri e Yassuda (2004, p. 8):

Uma velhice bem-sucedida revela-se em idosos que mantêm autonomia, independência e envolvimento ativo com a vida pessoal, com a família, com os amigos, com o lazer, com a vida social. Revela-se em produtividade e em conservação de papéis sociais adultos.

Em relação às duas cooperativas em estudo, segundo nossa crenças, era de esperar que na Tatuapé, por ser um trabalho mais pesado, pudessemos encontrar mais problemas de saúde. No entanto, a diferença que sentimos foi que, nessa, os problemas eram agudos, dores advindas do

árduo trabalho do dia-a-dia, porém com o descanso noturno, os cooperados já se restabeleciam e ficavam prontos para mais uma jornada.

Já na CooperMimo, talvez por elas ficarem muito tempo sentadas, paradas e executando movimentos repetitivos, encontramos problemas mais crônicos nas cooperadas acima de 50 anos, como problema de coração, LER (Lesão por Esforço Repetitivo), febre, trombose, tendinite, osteoporose, artrose, problema de coluna, bursite, dor no cóccix e labirintite.

O que encontramos de comum nos dois grupos foi a questão da dor e cansaço nas pernas e inchaço nos pés. No primeiro grupo, por ficarem muito tempo de pé, carregando peso e, no segundo grupo, por ficarem muito tempo sentadas, dificultando a circulação sanguínea. Em geral, os entrevistados deixavam esse problema passar naturalmente, por meio do descanso e/ou erguendo as pernas.

Em relação a gastos com remédios, foi unânime nas duas cooperativas o fato de os cooperados pegarem os remédios no Posto de Saúde do bairro e só gastarem dinheiro para esse fim quando não encontravam o remédio desejado. Isso mostrou que a renda que eles e elas retiravam da cooperativa não se destinava a gastos com remédios, mas sim para gastos com suprimentos básicos de sobrevivência: alimentação, água e eletricidade.

No tocante à valorização *versus* discriminação, em sua maioria, os depoentes de ambas as cooperativas relataram que se sentiam valorizados ou não, mas não pelo fato da idade, de ser mais velho e sim pelo trabalho, se trabalhavam conforme o esperado ou não. Apenas uma das depoentes da Tatuapé disse sentir-se valorizada, pois mesmo sem escolaridade, quando falava com os outros cooperados, estes acatavam sua palavra por ela ser mais velha.

Segundo já apresentado no segundo capítulo, as representações, para serem sociais, têm como condição serem produzidas coletivamente; além disso, elas precisam fomentar a formação de condutas e orientar as comunicações sociais. Com base em Moscovici (1978), procurou-se observar as relações entre temas na análise temática das representações.

Em termos de representação social, podemos separar os resultados em quatro grupos: 1) Aspectos físicos e de saúde; 2) A velhice como algo natural; 3) A velhice como etapa que precede a morte; e 4) Comparação entre sentir-se velho/jovem e se ver velho fisicamente.

No primeiro grupo, encontramos pessoas que se diziam não se sentirem velhas porque não tinham cabelos brancos suficientes:

Meus cabelos estão brancos, mas não são tão brancos como do Zé Ovídio, do Zé Ovídio é mais branco, ele parece mais velho do que eu. Repara nele uma

hora pra você ver. O Zé Ovídio parece mais velho do que eu. Eu não estou tão velho porque, pra eu parecer mais tão velho assim, meu cabelo tem que estar mais branco. (Seu Benvindo, 64 anos, Cooperativa Tatuapé)

Nesse grupo, houve um depoimento de uma mulher que está na faixa etária abaixo da estudada, que mantém a representação social do envelhecimento como ‘ser velho é ser doente’; ela estava sentindo dores e a pesquisadora foi orientá-la a respeito de alguns cuidados que ela poderia tomar. Segue sua fala:

“Vai chegando a velhice, é assim mesmo!”.

Pesquisadora: Para a senhora, ser velho é sentir dor e essas coisas aí?

Cooperada: É, porque vai ficando velho e os problemas vão aparecendo. (Dona Ernestina, 44 anos, Cooperativa Tatuapé)

Essa representação da velhice como doença acaba sendo reforçada pelos próprios depoentes que salientam que esperam envelhecer com saúde: “O importante é que eu chegue nos 50 anos, nos 60, nos 70 e que eu chegue com saúde, isso que importa, não penso que eu vou estar feia, bonita, tá velha, ou sei lá” (Dona Terezinha, 49 anos, CooperMimo).

De certa forma, eles possuem uma representação social de que o envelhecimento leva à doença e que, portanto, eles não querem isso para suas vidas. Não podemos negar que o envelhecimento, em muitos casos, traz doenças, mas isso não pode ser uma constante, é preciso modificar essa visão e partir do pressuposto de que nós envelhecemos conforme nós vivemos e nos cuidamos durante todo o nosso curso de vida. Se tivemos um curso de vida marcado por doenças, fraquezas, medos, não é na velhice que isso mudará. Ao contrário, se sempre cuidamos de nossa saúde física e mental, teremos menos perdas em nosso processo de envelhecimento. Segundo Neri (2002, p. 16):

O importante é que não se pense que envelhecer é igual a ficar doente, uma vez que o envelhecimento normal não é doença e que o progresso social e a disseminação de hábitos de vida saudável fazem com que aumente o número de idosos saudáveis e bem-sucedidos na população.

No segundo grupo, tivemos uma visão mais positiva sobre o envelhecimento, como um processo natural e que, portanto, todos viverão, por isso, não há o que temer. Essa visão esteve muito abarcada pela questão do trabalho, de se sentirem ainda produtivos, como demonstrado nos estudos de Costa e Camargo (s/d) e Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999).

Uma das cooperadas da CooperMimo disse o seguinte: “Eu encaro assim: que todo mundo vai passar por isso, eu penso que todo mundo vai passar por isso, eu também vou, eu não tenho

nada assim medo da velhice, Deus dando saúde, o resto a gente corre atrás” (Dona Eva, 55 anos, CooperMimo). Já uma cooperada da Tatuapé salienta a questão de viver melhor no envelhecimento por conta do trabalho: “Eu acho que minha vida agora tá muito mais melhor do que da época que eu era mais nova, pelo menos, graças a Deus, eu trabalho e na época que eu era mais nova, eu não trabalhava, dependia, às vezes, de uma ajuda da minha mãe” (Dona Luci, 49 anos, Cooperativa Tatuapé).

No terceiro grupo, encontramos a representação social da velhice como etapa que precede a morte e essa representação está baseada no fato de que, segundo Neri e Yassuda (2004, p. 8), “é conhecimento amplamente disseminado que a velhice é a última etapa do ciclo vital”. Pelos relatos a seguir, perceberemos, de um lado, uma visão positiva dessa etapa que é fortalecida pela produtividade e, por outro, uma visão mais de abandono e falta de perspectivas.

A história da vida da gente é só isso aí mesmo, porque gente sempre cada dia que passa a gente vai ficando cada vez mais velho e chegando o dia, sempre o dia da vida da gente vai chegando pra perto da morte (...) Então, a pessoa tem que sempre conformar né. Fazer que nem, então, nesse meio tempo, a gente tem que, cada dia que, antes de chegar, a gente tem que ir lutando até chegar o dia, não pode esmorecer, tem que ir lutando, porque aí a gente, cada dia que passa, cada dia que vem lutando até chegar o dia, aí esse dia que nenhum de nós sabe, é só isso que eu falo também, e pra mim é só o que tem que falar. (Seu Francisco, 51 anos, Cooperativa Tatuapé).

Ah, o que eu espero da vida é Deus me dar saúde, porque a pessoa velha o que quer esperar de bondade daqui pra frente? Eu acho... pessoa de idade ainda ter esperança, só se for Deus mesmo. O que eu espero é Deus me dar saúde até o dia que ele quiser. É isso aí. (Seu Vicente, 58 anos, Cooperativa Tatuapé).

No último grupo temos uma representação muito forte de comparação do sentimento de ser velho e sentir-se velho, ainda mais quando comparado ao outro; segundo Gusmão (2001), é sempre na visão do outro que as pessoas se percebem entrando na velhice e isso fica muito claro no depoimento de uma de nossas entrevistadas:

No começo foi mais difícil pra mim aceitar né, mas depois de repente, eu pensei assim: Gente, eu vou envelhecer, to ficando, pra ser mais, foi minha neta mesmo que me acordou, porque um dia, o pessoal tem mania de falar que ela é parecida comigo né, (...) E sabe que ela veio pra cá e ela falou assim: (...) eu não me acho parecida com a senhora, ela falou. ‘E por que fia?’ Ai, eu não sei mãe, eu não tenho isso aqui ó (se referindo às rugas da avó). (Dona Noemia, 66 anos, Cooperativa CooperMimo)

Como uma representação profundamente arraigada em nossas mentes, a valorização social se dá em termos de juventude e vitalidade, como se ser velho fosse sinônimo de decrepitude e

essa comparação do sentir-se velha e/ou jovem ou com força para viver apareceu com certa frequência: “Eu vou falar sinceramente, eu não me considero velha não, em vista de muitas que eu vejo por aí mais nova do que eu, nossa, tenho muito gás ainda, eu não me considero (...) pra mim tá tudo bom, eu quero é mais dar risada” (Dona Nena, 54 anos, Cooperativa CooperMimo). E uma outra depoente disse o seguinte: “Eu não tô vendo minha vida mudar, pra mim, eu tô sempre a mesma coisa, pode mudar as rugas aqui ó, né, mas disposição é a mesma coisa” (Dona Terezinha, 49 anos, CooperMimo).

Uma das depoentes começou a namorar um dos cooperados que também fez parte da pesquisa. Logo no começo de sua entrevista, ao falar sobre amar nessa fase da vida, ela disse: “Eu acho que agora eu me acho com muito mais capacidade do que quando eu era jovem” (Dona Luci, 49 anos, Cooperativa Tatuapé).

Na CooperMimo, ainda, foi também marcante a associação da entrada na velhice com a chegada da menopausa.

De todos os grupos de representações aqui expostos, percebemos que existe uma mistura entre os depoentes das duas cooperativas nos diversos tipos de representações, mas, em geral, podemos apresentar a seguinte comparação: os cooperados e cooperadas da Tatuapé referiram-se mais frequentemente a representações voltadas para a velhice como uma fase de doenças e perdas, que podem ser modificadas pela produtividade e pelo trabalho. De acordo com Luca (2003, p. 202), “enquanto trabalha, não é velho, independentemente da sua idade ou aparência”. Já as cooperadas da CooperMimo referiram-se com mais frequência a representações voltadas a uma comparação entre ser jovem, ser velho, ser ativo e ter disposição para viver, aqui também, independentemente da idade que se tem.

Foi praticamente unânime o desejo de viverem uma velhice com saúde, por meio da ajuda de Deus, o que traz a questão da religiosidade como um instrumento de força para essas pessoas envelhecerem no mundo do trabalho.

O que fica de importante em todo esse trabalho é a percepção de que muitas pesquisas e estudos são feitos sobre o envelhecimento, na academia, já temos muita mudança de paradigmas sobre a velhice como fase de doença, de possibilidades de envelhecer com dignidade e de forma bem-sucedida, mas de acordo com estudos anteriormente descritos e com o que nossa pesquisa também mostrou, essa produção não chega efetivamente às camadas mais pobres da população.

Fica para nós o desafio: como mudar essas representações sociais que estão cravadas em nossos velhos e, de modo geral, em todas as faixas etárias?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo desvelar a realidade de trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 nas cooperativas populares localizadas na cidade de Campinas. Num primeiro momento, realizamos um levantamento da realidade socioeconômica desses cooperados e cooperadas; para tanto, utilizamos uma composição de dados e entrevistas em três Incubadoras de Cooperativas Populares que fazem parte de um Convênio com a Prefeitura Municipal, a saber: Organização Não-Governamental Ecologia e Dignidade Humana, Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas.

Os resultados mostraram que a Economia Solidária, por meio das cooperativas populares, tem sido uma grande possibilidade de reinserção de pessoas que hoje são discriminadas pelo mercado de trabalho, em nosso caso, pessoas que estão na faixa etária supracitada. Por outro lado, vimos que pessoas abaixo dessa faixa etária também buscam o trabalho nas cooperativas por falta de oportunidades. Foi percebido que os mais velhos não têm outra saída, mas no caso da Cooperativa Tatuapé, se alguém conseguisse um outro trabalho para eles, deixariam o grupo.

Pudemos perceber a importância das cooperativas na vida das pessoas entrevistadas no sentido de que lhes devolvem o direito ao trabalho que o mercado formal lhes roubou. O Estatuto do Idoso clama para que o velho tenha autonomia e possibilidades de continuar uma vida de produtividade, não importa em que âmbito de atuação. Através do trabalho, essas pessoas puderam se sentir cidadãs à medida que utilizaram os meios da cultura popular para criar condições de sobrevivência básica, que são o trabalho, a moradia, a saúde e a alimentação.

Em termos de mundo do trabalho, a incubadora estudada não cumpre com seu ideal de acabar com a precarização do trabalho; o que era, a princípio, para ajudar na geração de renda e dignidade para as pessoas, acabou gerando apenas um espaço de sobrevivência, em que se recebe um recurso mínimo para sobreviver e isso pode até ser explicado se considerarmos que esse trabalho de incubação vem de uma iniciativa recente das três incubadoras e do governo municipal. Quem sabe, com a experiência, daqui a alguns anos, o retrato dessa realidade possa mudar.

De certa forma, a parceria com o Poder Público, por meio da Prefeitura Municipal de Campinas, é importante para que essas cooperativas possam vislumbrar uma certa efetividade de produção dos grupos. Por um lado, o trabalho de incubação da ITCP-Unicamp só foi possível por conta dessa parceria que contribuiu financeiramente para o pagamento de recursos humanos, mesmo que, por vezes, tenha atrasado o repasse do dinheiro e os monitores terem entrado em greve. Por outro lado, os recursos advindos do Poder Público, por meio do Orçamento Participativo, propiciaram às cooperativas a aquisição de maquinário e equipamentos de proteção individual e a construção de barracão, mas como pudemos perceber no histórico de cada grupo, a Prefeitura deixou muito a desejar dentro daquilo que ela prometeu no início do Projeto (financiamento do barracão ou terreno, maquinários, EPIs, etc.) e isso faz com que alguns grupos ainda não estejam trabalhando ou até trabalhem, mas, por vezes, de forma precária.

O retrato socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras com idade igual ou superior a 50 anos em cooperativas populares da cidade de Campinas apresenta dados da realidade desses cooperados, mostrando-nos quem são essas pessoas, de onde vieram, em qual situação econômica e social vivem; mesmo que os resultados tenham sido de uma parcela que não corresponde à totalidade dos grupos do município, podemos vislumbrar como é formada a categoria das pessoas que estão envelhecendo nas cooperativas populares estudadas.

No tocante à questão da solidariedade que deveria permear as relações no âmbito interno das cooperativas populares, percebemos que isso ainda não foi alcançado pelos grupos estudados, vimos que existem vários problemas de relacionamento e que muitos ainda agem como se fossem empregados. Tal situação é bastante compreensível se pensarmos que essas pessoas viveram toda a sua vida dentro de um sistema que privilegia a individualidade e a competição; nesse sentido, torna-se impossível querer mudar o pensamento e as atitudes em tão pouco tempo de convivência e trabalho no sistema de cooperativismo. Com isso, podemos dizer que essas pessoas estão passando por processos educativos em relação ao modo como devem agir e pensar dentro das cooperativas; é um processo que vai modificar uma maneira de pensar egoísta para uma maneira solidária e isso, como sabemos, pode levar anos para ser alcançado.

Este estudo também mostrou que a grande maioria das pessoas com idade igual ou superior a 50 anos nas cooperativas populares é do sexo feminino, o que reforça a tese de que nesse ambiente de trabalho a mulher está envelhecendo mais que o homem, confirmando estudos gerontológicos que trazem o envelhecimento como um processo, majoritariamente, feminino (CAMARANO, 2002). Além disso, em nossa sociedade, a força de trabalho no mercado formal ainda é do homem e, por mais que tenha crescido o oferecimento de vagas e oportunidades para as mulheres, estas ainda são mais discriminadas como seres produtivos e, atrelado a isso, envelhecem mais que os homens. Então, se elas estão envelhecendo e sendo expulsas ou não aceitas no mercado, resta-lhes buscar trabalhos em sistemas alternativos de produção.

Em termos de Representações Sociais como um sistema de valores, idéias e práticas, percebemos que nossa pesquisa trouxe uma dupla perspectiva. Em um primeiro sentido, a velhice valorizada por seus aspectos físicos, de perda da saúde, o que, na prática, pode ser amenizado pela idéia de continuar sendo produtivo por meio do trabalho. Por outro lado, a idéia que vigora em nossa sociedade é a de velhice como sinônimo de inatividade e incapacidade comparada com a idéia de juventude, que é cheia de vida e esperança.

Cabe aqui a pergunta: como mudar essas representações sociais negativas sobre o envelhecimento?

Por tudo que já foi exposto, sabemos que a velhice, apesar de ter características comuns nas populações, é um processo individual e que, portanto, temos que considerar três padrões de envelhecimento: normal, patológico e bem-sucedido. Nas representações sociais, vimos uma predominância nas considerações de uma velhice normal, onde podem ocorrer mudanças típicas,

mas que não trazem doenças que incapacitem as pessoas para as atividades de vida diária (NERI e YASSUDA, 2004).

Encontramos também uma perspectiva de representação social voltada para os aspectos do envelhecimento patológico, em que a preocupação com doenças incapacitantes estava bastante presente. Nesse sentido, resta-nos ressaltar, na população das classes populares, a perspectiva de um envelhecimento bem-sucedido, pois este ainda é pouco vislumbrado pelas pessoas que estão perto de entrar na velhice e que pertencem a uma classe social que pouco acesso tem a esse conhecimento.

Acreditamos em uma educação para o envelhecimento, em que a educação popular se constitui em um caminho de emancipação das pessoas. Em um primeiro momento, seria realizar um trabalho direto nas cooperativas populares, por meio de reflexão e discussão sobre os vários processos que permeiam essa fase da vida, no sentido de poder construir coletivamente novas representações sociais.

Em outro momento, provocar uma educação tanto do próprio idoso que já está na velhice quanto para os outros (crianças, jovens, adultos) que um dia envelhecerão nos mais variados espaços. Realizar um trabalho de orientação sobre as possíveis perdas que ocorrem com o envelhecimento humano e como prevenir doenças incapacitantes. Acreditamos que é relevante iniciar um trabalho de conscientização desde a educação infantil, para que as crianças possam valorizar o velho e tenham noção, desde pequenas, de como viver para conseguir um envelhecimento bem-sucedido. Nessa perspectiva, ansiamos por um país que envelheça com mais dignidade e qualidade.

Temos consciência dos limites que um trabalho de mestrado de dois anos nos traz. O tempo é escasso para darmos conta de um corpo teórico bem definido e alinhavado (na linguagem de costureiras). Além disso, o campo de estudo prático é amplo e rico, que pode, ainda, possibilitar outras reflexões, desde que se dê conta da montanha de possibilidades que ele apresenta (na linguagem da reciclagem).

Pesquisar os processos de envelhecimento nas cooperativas populares incubadas pela ITCP-Unicamp foi um trabalho envolvente, que trouxe significações para a perspectiva de envelhecer no mundo do trabalho dentro de um sistema alternativo de produção, que privilegia a solidariedade nas relações. Esperamos com esta pesquisa trazer uma contribuição para os estudos na área da gerontologia social.

7. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares. In: HECKERT, Sonia M. R. (org.) *Cooperativismo Popular: Reflexões e perspectivas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

ANTEAG. Textos fornecidos pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária ([www. anteag.org.br](http://www.anteag.org.br))

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004.

ARAÚJO, Ludgleydson F.; CARVALHO, Virgínia Â. M. L.; MOREIRA, Eduardo F. *Representações sociais da velhice: Um estudo com idosos paraibanos*. João Pessoa: UFPB, sem data.

BERTUCCI, Ademar A.; SILVA, Roberto M. A. (orgs.) *Vinte anos de Economia Popular Solidária: A trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOARETTO, Roberta C.; HEIMANN, Luiza S. Conselhos de Representação de idosos e estratégias de participação. In: VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.) *As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003.

BONFIM, Zulmira A. C.; ALMEIDA, Sandra F. C. Representação Social. Conceituação, Dimensão e Funções. *Revista de Psicologia*. Fortaleza. V. 9(1/2), V.10(1/2); pp. 75-89 jan.-dez., 1991/1992.

BORGES, Maria C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.) *As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003.

BOSI, Alfredo (org.). Plural, mas não caótico. In: *Cultura Brasileira: Temas e situação*. São Paulo: Ática, 1987. pp. 7-15.

CACHIONI, Meire; NERI, Anita L. Educação e Velhice bem-sucedida no contexto das Universidades da Terceira Idade. In: NERI, A. L.; YASSUDA, M. (orgs.); CACHIONI, M. (colab.) *Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos*. Campinas: Papirus, 2004.

CAMARANO, Ana A. Envelhecimento da população brasileira: Uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V.; PY, L.; NERI, A. L.; CANÇADO, F. A. X.; GORZONI, M. L.; ROCHA, S. M. (orgs.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. pp. 58-71.

CHAMON, Edna M. Q. O. *L'étude des représentations sociales de la recherché chez les doctorants en Sciences Exactes*. 1998. Tese de Doutorado – UFR PSYCHOLOGIE, UNIVERSITE DE TOULOUSE, Paris. Tradução do primeiro capítulo pela própria autora. Mimeo.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

CORAGGIO, José L. *Ciudades sin rumbo: Investigación urbana y proyecto popular*. Quito: Ciudad – SIAP, 1991.

COSTA, Filomena G.; CAMPOS, Pedro H. F. *Representação social da velhice, exclusão e práticas institucionais*. Goiás: UnB/UCG, sem data.

ESTATUTO DO IDOSO – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

DAGNINO, Renato. *Adequação Sócio-Técnica, Autogestão e Economia Solidária*. Retirado de <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq46.doc> Acesso em: 26/03/04.

DEBERT, Guita G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 12, n. 34, pp. 39-56, jun. 1997.

_____. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G. G. *Textos Didáticos. Antropologia e Velhice*. IFCH/UNICAMP, Campinas, n.13, pp. 7-27, jan. 1998.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 24ed. Tradução: Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Extensão ou Comunicação?* 2e. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GAIGER, Luiz I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, R. A. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

GALVÃO, Marisa N.; CIFUENTES, Ricardo. *Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho*. 2001. Retirado de www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc12.doc Acesso em: 26/03/04

GIUBILEI, Sonia (org.) *Descentralização, municipalização e políticas educativas*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

GOHN, Maria da G. M. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001a. 120 páginas. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 84).

_____. *Educação não formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2001b. 2.ed, 120 páginas. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 71).

_____. *Movimentos sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001c. 5.ed, 117 páginas. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5).

GOHN, Maria G. M. (org.) *Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003. 143 páginas.

_____. Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor: Perspectivas para a solução das questões da velhice no Brasil. In: FREITAS, Elizabete V. de; PY, Ligia; NERI, Anita L.; CANÇADO, Flávio A. X.; GORZONI, Milton L.; ROCHA, Sônia M. da. *Tratado de Gerontologia e Geriatria*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. pp. 1.022-1.029.

GUSMÃO, Neusa M. M. A maturidade e a velhice: Um olhar antropológico. In: NERI, Anita L. *Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. Antropologia e Educação: Origens de um diálogo. *Caderno Cedes* Campinas: CEDES/Papyrus. Ano XVIII, n.43 dez. 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Versão castelhana de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. Volumes 1 e 2.

ITCP/UNICAMP. Projeto do Programa de Qualificação das Cooperativas Populares de Campinas, 2002.

ITCP/UNICAMP. Relatórios das Oficinas ministradas no Programa de Qualificação das Cooperativas Populares de Campinas e Amparo, 2002.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, D. *As Representações Sociais*. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais. GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em Representações Sociais*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LANE, Silvia T. M. Usos e abusos do conceito de Representação Social. In: SPINK, M. J. (org.) *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEME, Maria A. V. S. O impacto da teoria das Representações Sociais. IN: SPINK, Mary J. (org.) *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LIMA, Ana L. M. C. *O Fenômeno da Economia Solidária: Reflexões em um Campo de Estudo Controverso*. Disponível em <http://integracao.fgvsp.br/ano6/04/administrando.htm> Acesso em: 09/11/04.

LIMA, Marcelo A. *A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a Terceira Idade: A UnATI/UERJ*. 1999. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

LOPES, Andréa. *Os desafios da gerontologia no Brasil*. Organização: Anita Liberalesso Neri. Campinas: Ed. Alínea, 2000.

LUCA, Mônica M. B. L. Identidades Sociais em Produção e Envelhecimento: Um Estudo de Caso. In: VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.) *As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003.

MAGALHÃES, Neide C. *Máscaras e conflitos da representação social do idoso na cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: UFJF, sem data.

MAGRO, Viviane M. M. Espelho em negativo: A idade do outro e a identidade etária. In: GUSMÃO, Neusa M. M. (org.) *Infância e Velhice: Pesquisa de idéias*. Campinas: Editora Alínea, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Editado em inglês por Gerard Duveen; tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

NAKANO, Marilena. Anteag: Autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, R. A. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

NERI, Anita L. *Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. Envelhecer bem no trabalho: Possibilidades individuais, organizacionais e sociais. *Terceira Idade*, São Paulo, Vol. 13 (n. 24), pp. 7-27. 2002.

NERI, Anita L.; YASSUDA, Mônica S. Apresentação. In: NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. (orgs.); CACHIONI, M. (colab.) *Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos*. Campinas: Papyrus, 2004.

NETO, Matheus P. O estudo da velhice no século XX: Histórico, definição do campo e temas básicos. In: FREITAS, Elizabete V.; PY, Ligia; NERI, Anita L.; CANÇADO, Flávio A. X.; GORZONI, Milton L.; ROCHA, Sônia M. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

PATROCINIO, Wanda P. O Movimento Abrindo Portas e sua Inserção na Sociedade. VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.) *As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003.

_____. Trabalhador Idoso. In: NERI, Anita L. (org.) *Palavras-chave em gerontologia*. 2ed. Campinas: Alínea, 2005. No prelo.

PATROCINIO, Wanda P.; MARTINS, Vilene B. *Anais do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da ITCP-Unicamp*. 2004. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/>

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: Velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. (org.) *Velhice ou Terceira Idade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PEREIRA, Eveline T. *Imaginário social e velhice: O discurso do idoso*. 1999. 135 páginas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

PERES, Marcos A. C. *Trabalho, idade e exclusão: A cultura organizacional e as imagens sobre o envelhecimento*. 2002. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO, Lei 8.842/94.

QUINTELA, Sandra; ARRUDA, Marcos. Economia a partir do coração. In: SINGER, P.; SOUZA, R. A. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

RANGEL, Mary. A análise de conteúdo e a análise do discurso como opções metodológicas na pesquisa de representação social. *Cadernos de Educação*. Pelotas: FaE/UFPel, Ano 7, n. 11, pp. 111-136, jul.-dez. 1998.

SILVA, Emanuel S. *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: História, cenários e tendências. *UniRcoop*. Região Cone Sul, Vol. 1, n. 2, pp. 75-102, 2003.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição. SINGER, P.; SOUZA, R. A. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

_____. *Globalização e desemprego: Diagnósticos e alternativas*. 3ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINK, Mary J. P. O estudo empírico das Representações Sociais. In: SPINK, M. J. P. (org.) *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TAUILE, José R.; RODRIGUES, Huberlan. Economia Solidária e autogestão: A criação e recriação de trabalho e renda. *Mercado de Trabalho*. IPEA, n. 24, pp. 35-43, ago. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24h.pdf Acesso em: 14/11/04.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: Tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, P.; SOUZA, R. A. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

_____. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001.

VELOZ, Maria C. T.; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia M.; CAMARGO, Brigido V. Representações Sociais do Envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre. V. 12, n. 2, pp. 479-501, 1999.

VIEIRA, Mauro M. *A representação social da disciplina de ciências sociais para os estudantes*. 2004. 118 páginas. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação.

<http://www.itcp.unicamp.br/>

APÊNDICE

Termo de consentimento

Eu, _____,
portador do RG: _____, participante da Cooperativa, que
trabalha no ramo de _____, estou ciente de minha
participação na pesquisa de mestrado de Wanda Pereira Patrocinio, aluna do mestrado em
Gerontologia da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Campinas, ____ de _____ de 2004.

Assinatura